INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)

RELAÇÕES INTERNACIONAIS E INTEGRAÇÃO

INVESTIMENTOS DA CHINA NO SETOR ENERGÉTICO DO BRASIL (2008-2022):

Dinamismo e Desafios

HELENA LUIZA MATUO RODRIGUES

Foz do Iguaçu

2024

Versão Final Homologada
29/04/2024 10:26

INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)

RELAÇÕES INTERNACIONAIS E INTEGRAÇÃO

INVESTIMENTOS DA CHINA NO SETOR ENERGÉTICO DO BRASIL (2008-2022):

Dinamismo e Desafios

HELENA LUIZA MATUO RODRIGUES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano Instituto Latino-Americano De Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e Integração –

Orientador: Fernando Gabriel Romero

Foz do Iguaçu

2024

Versão Final Homologada
29/04/2024 10:26

HELENA LUIZA MATUO RODRIGUES

INVESTIMENTOS DA CHINA NO SETOR ENERGÉTICO DO BRASIL (2008-2022):
Dinamismo e Desafios

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano Instituto Latino-Americano De Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e Integração -

BANCA EXAMINADORA

_____

Orientador: Prof. (Titulação) (Nome do orientador)
UNILA

_____

Prof. (Titulação) (Nome do Professor)
(Sigla da Instituição)

_____

Prof. (Titulação) (Nome do Professor)
(Sigla da Instituição)

Foz do Iguaçu, _____ de _____ de _____.

Versão Final Homologada
29/04/2024 10:26

Agradecimentos

Primeiramente, expresso minha profunda gratidão a Deus, cuja presença foi minha luz nos momentos mais difíceis desta jornada. Sua orientação e força foram fundamentais para que eu alcançasse meus objetivos e concluísse este trabalho.

Aos meus respeitados professores, manifesto meu sincero agradecimento pela dedicação e apoio constantes ao longo da minha trajetória acadêmica. Suas orientações em sala de aula foram cruciais para o meu crescimento intelectual e profissional. Em especial, desejo expressar minha gratidão a meu orientador cuja sabedoria e paciência foram essenciais para guiar-me durante toda a pesquisa. Suas perguntas instigantes e incentivas foram fundamentais para ampliar minha visão e abordar o tema de forma abrangente e objetiva.

À minha família, meus pais e irmã dedico uma profunda gratidão por seu amor incondicional e apoio inabalável. Seu constante encorajamento e presença foram a âncora que me sustentou durante os desafios deste caminho acadêmico. Esta conquista é, sem dúvida, resultado dos sacrifícios e investimentos que fizeram em minha educação.

A todos que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho, meu mais sincero obrigada. Que este seja apenas o início de uma jornada repleta de aprendizado e conquistas.

Versão Final Homologada
29/04/2024 10:26

Sumário

Sumário 5

Índice de Figuras 7

Índice de Tabelas 8

Resumo 9

Abstract 10

Resumen 11

Introdução 12

Capítulo 1 - Dinâmicas de Poder nas Relações Sino-Latino-Americanas: Uma Análise Crítica e Contextualizada 16

1.1) Introdução 16

1.2) Marco teórico 16

1.2.1) Uma Análise da China como Potência Global 17

1.2.2) Construtivismo A teoria crítica de Robert Cox 23

1.2.3) Relações Centro-Periferia e Desenvolvimento 26

1.2.4) Geopolítica Energética 29

1.3) Considerações parciais 36

Capítulo 2- Implicações Políticas, Econômicas e Ambientais 37

2.1) Introdução 37

2.2) Investimentos Globais da China: Uma Visão Abrangente 37

2.3) Redes de Transmissão Elétrica Mundial 44

2.4) Razões pelas quais a China começou a investir no Brasil, especialmente no setor energético 50

2.5) Considerações parciais 52

Capítulo 3 - Desvendando os Investimentos Chineses no Brasil: Impactos, Estratégias e Desafios no Setor Energético 54

3.1) Introdução 54

Versão Final Homologada
29/04/2024 10:26

3.2) Composição do IED da China no Brasil, com Enfoque no Setor Energético. 54

3.3) Desafios e Conflitos em um Cenário de Desenvolvimento Controverso..... 64

3.4) Considerações parciais 69

Considerações finais 71

Bibliografia 73

Versão Final Homologada
29/04/2024 10:26

Índice de Figuras

Figura 1: Oferta Interna de Energia do Brasil 2022 33
Figura 2: Participação Energética do Brasil e Mundo no ano de 2021 33
Figura 3: Evolução dos indicadores: Brasil e o Mundo..... 34
Figura 4: Projeto Global Energy Interconnection..... 45
Figura 5: Sistema de Transmissão de Energia Elétrica..... 48
Figura 6: Investimentos externos diretos da China no Brasil..... 55
Figura 7: Divisão dos investimentos chineses no Brasil por grupo de atividade econômica, de 2007 à 2022 56
Figura 8: Forma de ingresso dos investimentos externos diretos chineses no Brasil, de 2007 à 2022 58
Figura 9: Principais Empresas de Energia Chinesa no Brasil 63
Figura 10: Distribuição Geográfica dos Investimentos Chineses no Brasil 64
Figura 11: Setores de Conflitos do investimento chinês na América Latina e Caribe ... 66
Figura 12: Empresas Chinesas por número de conflitos socioambientais na América Latina e Caribe..... 67
Figura 13: Número de casos envolvendo empresas chinesas por cada tipo de força social subalterna na América Latina e Caribe..... 68

Versão Final Homologada
29/04/2024 10:26

Índice de Tabelas

Tabela 1: Investimento Direto Externo da China no setor elétrico brasileiro, por principais empresas, de 2011 à 2018 61
Tabela 2: Investimento Direto Externo da China no setor elétrico brasileiro, por subsetor, de 2011 à 2018..... 62

Versão Final Homologada
29/04/2024 10:26

Resumo

O estudo aborda os investimentos chineses no Brasil, especialmente no setor energético, refletindo o interesse da China em assegurar suprimentos para sua economia em expansão. No entanto, surgem preocupações significativas sobre os impactos socioambientais desses investimentos, como desigualdades de renda, degradação ambiental e conflitos com comunidades locais. A análise crítica realizada, à luz do referencial teórico proposto por estudiosos como Robert Cox, Celso Furtado e Raúl Prebisch, revelou uma série de desafios e preocupações, incluindo a subordinação do Brasil na arena global e a possível dinâmica de imperialismo na região. Diante disso, é fundamental que o Brasil adote medidas eficazes de regulamentação e implementação de padrões ambientais e sociais rigorosos para mitigar os impactos negativos dos investimentos chineses. Uma abordagem transparente e participativa é essencial para garantir que esses investimentos contribuam para um desenvolvimento sustentável e equitativo no país. Essa gestão cuidadosa é fundamental para maximizar os benefícios econômicos e minimizar os riscos associados aos investimentos chineses, visando construir uma base sólida para o desenvolvimento econômico e geopolítico sustentável na região.

Palavras-chave: Investimentos, Energético, Socioambientais, Gestão, China, Desenvolvimento.

Versão Final Homologada
29/04/2024 10:26

Abstract

The study addresses Chinese investments in Brazil, especially in the energy sector, reflecting China's interest in securing supplies for its expanding economy. However, significant concerns arise regarding the socio-environmental impacts of these investments, such as income inequalities, environmental degradation, and conflicts with local communities. The critical analysis, conducted in light of theoretical frameworks proposed by scholars like Robert Cox, Celso Furtado, and Raúl Prebisch, revealed a series of challenges and concerns, including Brazil's subordination in the global arena and the possible dynamics of imperialism in the region. In response, it is essential for Brazil to adopt effective measures for regulating and implementing rigorous environmental and social standards to mitigate the negative impacts of Chinese investments. A transparent and participatory approach is essential to ensure that these investments contribute to sustainable and equitable development in the country. This careful management is fundamental to maximize the economic benefits and minimize the risks associated with Chinese investments, aiming to build a solid foundation for sustainable economic and geopolitical development in the region.

Keywords: Investments, Energy, Socio-environmental, Management, China, Development.

Versão Final Homologada
29/04/2024 10:26

Resumen

El estudio aborda las inversiones chinas en Brasil, especialmente en el sector energético, lo que refleja el interés de China en asegurar suministros para su economía en expansión. Sin embargo, surgen preocupaciones significativas sobre los impactos socioambientales de estas inversiones, como desigualdades de ingresos, degradación ambiental y conflictos con las comunidades locales. El análisis crítico, realizado a la luz de marcos teóricos propuestos por académicos como Robert Cox, Celso Furtado y Raúl Prebisch, reveló una serie de desafíos y preocupaciones, incluida la subordinación de Brasil en la arena global y las posibles dinámicas de imperialismo en la región. En respuesta, es fundamental que Brasil adopte medidas efectivas para regular e implementar estándares ambientales y sociales rigurosos para mitigar los impactos negativos de las inversiones chinas. Un enfoque transparente y participativo es esencial para garantizar que estas inversiones contribuyan al desarrollo sostenible y equitativo en el país. Esta gestión cuidadosa es fundamental para maximizar los beneficios económicos y minimizar los riesgos asociados con las inversiones chinas, con el objetivo de construir una base sólida para el desarrollo económico y geopolítico sostenible en la región.

Palabras clave: Inversiones, Energía, Socioambiental, Gestión, China, Desarrollo.

Versão Final Homologada
29/04/2024 10:26

Introdução

No contexto global do panorama energético, os investimentos da China no setor elétrico desempenham um papel proeminente e impactante. A República Popular da China lidera e executa projetos energéticos de grande magnitude em várias partes do mundo, com destaque especial para sua participação na ambiciosa iniciativa conhecida como *Belt and Road* (BRI), visando a ampliar a conectividade infraestrutural e econômica global.

Este estudo tem como objetivo investigar os determinantes por trás do crescente impacto da China na América Latina, especialmente por meio de investimentos nos setores energéticos e de infraestrutura, e sua possível relação com um fenômeno emergente: o neocolonialismo. O neocolonialismo refere-se à dominação econômica, política e cultural exercida por países desenvolvidos sobre nações em desenvolvimento ou subdesenvolvidas, mantendo relações desiguais de poder, influenciando recursos naturais, mercados e políticas, muitas vezes de maneiras sutis ou indiretas. A crescente influência da China em países em desenvolvimento, por meio de investimentos econômicos e de infraestrutura, pode resultar em relações de poder desiguais e dependência econômica, levantando questões sobre neocolonialismo e dominação econômica. Nossa proposição inicial sugere que, dentro do sistema capitalista, quanto maior for a participação e o peso relativo de um país no mercado mundial, mais ativo ele se torna na busca por vínculos diplomáticos. Ademais, esta pesquisa tem como objetivo analisar o papel da China como um novo promotor de investimentos em energia, infraestrutura e tecnologia na região latino-americana, questionando se essa dinâmica está transformando a América Latina em uma esfera de influência. Os objetivos do presente trabalho são os seguintes:

a) Compreender as Motivações da China para Investir no Setor Energético Brasileiro: Este objetivo visa examinar as razões subjacentes ao interesse da China em investir no setor energético brasileiro, incluindo aspectos econômicos, estratégicos e geopolíticos. Serão exploradas as motivações por trás desses investimentos, especialmente no contexto das relações sino-brasileiras e sua relação com o papel tradicional dos Estados Unidos e da União Europeia na região.

b) Analisar a Estratégia *Going Global* da China e seus Impactos nos Investimentos Externos: O objetivo é discutir a estratégia *Going Global* da China e como ela influencia os investimentos externos diretos, incluindo aqueles realizados no Brasil. Serão examinadas as diretrizes e políticas governamentais chinesas que orientam

Versão Final Homologada
29/04/2024 10:26

esses investimentos, especialmente no contexto das implicações significativas para a autonomia e o desenvolvimento dos países latino-americanos.

c) Analisar os desafios e conflitos decorrentes do aumento da presença econômica da China na América Latina e no Caribe. Serão explorados os impactos socioeconômicos, políticos e ambientais desses investimentos, bem como os possíveis conflitos de interesse entre a China e os países latino-americanos, considerando a possibilidade de neocolonialismo na região.

A ascensão da China como um importante ator econômico na América Latina levanta questões sobre soberania, desenvolvimento sustentável e relações internacionais. A influência chinesa na região suscita discussões sobre neocolonialismo, dependência econômica e autonomia política. O apoio chinês a regimes autoritários na América Latina, juntamente com seus investimentos maciços em setores estratégicos, levanta preocupações sobre a natureza da relação sino-latino-americana e suas implicações para o futuro da região. É essencial examinar criticamente esses desenvolvimentos e suas ramificações para a geopolítica global e o desenvolvimento regional (ROMERO WIMER, 2024).

Os interesses estratégicos da China no setor energético do Brasil são multifacetados e refletem uma abordagem ampla e visionária para garantir suprimentos estáveis de energia, promover parcerias comerciais e tecnológicas, e expandir sua influência geopolítica na região (ROMERO WIMER, 2024).

Primeiramente, a China busca diversificar suas fontes de energia e reduzir sua dependência de mercados tradicionais, como o petróleo do Oriente Médio. O Brasil, com seu vasto potencial em energia renovável, oferece uma oportunidade significativa para a China garantir acesso a fontes alternativas de energia, como a hidrelétrica, solar e eólica. Além disso, a cooperação energética com o Brasil permite à China expandir sua presença global como líder em tecnologias sustentáveis, o que fortalece sua posição como um ator chave na luta contra as mudanças climáticas (ROMERO WIMER, 2024).

Após um declínio nos investimentos no setor energético a partir de 1990, devido a preocupações ambientais e sociais, a crescente demanda por energia, impulsionada pelo robusto crescimento econômico e demográfico, aliada à necessidade urgente de reduzir as emissões de gases de efeito estufa, tem impulsionado um ressurgimento nesse campo. Nesse contexto, a China emergiu como uma força motriz desse renascimento, não apenas elevando suas próprias empresas à liderança na construção de projetos energéticos internacionais, mas também se tornando um dos principais financiadores

Versão Final Homologada
29/04/2024 10:26

dessas iniciativas, superando a tradicional predominância do Banco Mundial. Essa transformação do cenário é destacada no atual panorama energético global (MORA, 2024).

A construção dos Linhões UHE Belo Monte-Sudeste pela *State Grid*, entregues em 2017 e 2019, representa um marco na infraestrutura energética brasileira. Esses linhões desempenham um papel essencial na transmissão de energia gerada pela Usina Hidrelétrica de Belo Monte para o Sudeste do país, contribuindo para o fornecimento de eletricidade em uma das regiões mais populosas e industrializadas do Brasil. Essa iniciativa, juntamente com a implementação de projetos de parques solares e eólicos, impulsiona a diversificação da matriz energética nacional, alinhando-se com metas ambientais mais ambiciosas. No entanto, apesar dos benefícios, esses empreendimentos enfrentam desafios, como questões relacionadas à sustentabilidade ambiental, gestão eficiente de recursos hídricos e inclusão das comunidades locais nas decisões referentes a esses projetos, destacando a necessidade de abordagens holísticas e participativas na implementação de infraestrutura energética de grande porte (PEREIRA; GARCIA, 2021).

Assim, os investimentos chineses no setor energético do Brasil não apenas representam uma cooperação estratégica entre duas nações, mas também refletem a crescente interconexão no cenário energético global. A presença cada vez maior da China na América Latina, especialmente no Brasil, está redefinindo as dinâmicas geopolíticas e econômicas da região.

Através de investimentos substanciais em energia, infraestrutura e tecnologia, a China está emergindo como um ator-chave, desafiando a influência tradicional dos Estados Unidos e da União Europeia. Contudo, essa expansão econômica suscita preocupações sobre a natureza e o impacto desses investimentos nas relações de poder na América Latina. Partindo dessas análises discutiremos se os investimentos chineses podem contribuir para uma forma de neocolonialismo, onde a China exerce uma influência imperialista, levantando questões sobre a soberania econômica e política dos países latino-americanos, incentivando uma reflexão crítica sobre as implicações dessa nova dinâmica para o futuro da região.

A estrutura do trabalho consiste em três capítulos principais, e cada um aborda aspectos específicos das relações sino-latino-americanas e dos investimentos chineses no Brasil, especialmente no setor energético.

Versão Final Homologada
29/04/2024 10:26

O primeiro capítulo, intitulado "Dinâmicas de Poder nas Relações Sino-Latino-Americanas: Uma Análise Crítica e Contextualizada", examina as dinâmicas de poder entre China e América Latina. O capítulo traz uma análise crítica dos textos teóricos de Robert Cox, Celso Furtado e Prebish e conceitos de geopolítica energética e imperialismo na China. Essa análise será realizada utilizando uma abordagem qualitativa, que nos permitirá compreender os argumentos e teorias apresentadas pelos autores e interpretar o papel da China e do Brasil na dinâmica geopolítica contemporânea. Para isso, faremos uma revisão detalhada da literatura especializada, incluindo artigos acadêmicos, livros e bibliografias específicas sobre o assunto, estabelecendo assim uma base sólida para nossa análise crítica das relações internacionais.

O segundo capítulo, intitulado "Implicações Políticas, Econômicas e Ambientais dos Investimentos Globais da China", investiga os motivos que levam a China a realizar investimentos externos diretos em outros países, bem como o projeto chinês de construir redes de transmissão elétricas mundiais, avaliando os investimentos diretos chineses no Brasil, com ênfase nos investimentos direcionados à área de energia.

O terceiro capítulo, intitulado "Desvendando os Investimentos Chineses no Brasil: Impactos, Estratégias e Desafios no Setor Energético", se concentra em analisar os investimentos chineses no Brasil, especialmente no setor energético. Serão discutidos os impactos, estratégias e desafios enfrentados nesse contexto, incluindo uma análise da composição do Investimento Estrangeiro Direto (IED) da China no Brasil bem como os desafios e conflitos provocados por esse aumento da presença econômica da China na América Latina e no Caribe. Por fim, as conclusões gerais oferecerão uma síntese dos principais insights discutidos nos capítulos anteriores, destacando possíveis direções para estudos futuros.

Versão Final Homologada
29/04/2024 10:26

Capítulo 1 - Dinâmicas de Poder nas Relações Sino-Latino-Americanas: Uma Análise Crítica e Contextualizada

1.1) Introdução

Neste capítulo, abordaremos as dinâmicas de poder nas relações entre China e América Latina, à luz da teoria crítica de Robert W. Cox, explorando conceitos como hegemonia, imperialismo e materialismo histórico. Destacamos a ascendência da China como um ator imperialista contemporâneo, discutida neste contexto, e a importância da análise histórica, contextualizada e crítica para compreender as origens das estruturas de poder e suas influências nas relações internacionais. Investigamos as dimensões vertical e horizontal do imperialismo, enfatizando a hierarquia de poder entre diferentes estratos da economia global e as interações entre os atores globais. A Teoria Crítica, incluindo o Materialismo Histórico, é apresentada como uma lente valiosa para entender as relações de poder e promover mudanças na ordem social. Discutimos também a distinção entre a Teoria da Solução de Problemas e a Teoria Crítica, e a importância de considerar as complexas forças sociais, econômicas e políticas que moldam as relações internacionais. Em suma, nossa análise enfatiza a necessidade de uma compreensão profunda das dinâmicas geopolíticas nas complexas relações sino-latino-americanas contemporâneas e dos desafios enfrentados em um mundo interconectado.

1.2) Marco teórico

O marco teórico desempenha um papel fundamental em qualquer pesquisa acadêmica, fornecendo uma base sólida de teorias, conceitos e modelos relevantes para o estudo em questão. Sua importância reside na sua capacidade de estabelecer uma fundamentação teórica robusta, orientar o pesquisador na definição dos objetivos e hipóteses, contextualizar o problema de pesquisa dentro de um contexto mais amplo, guiar a análise crítica, interpretar os resultados e aumentar a credibilidade do estudo (ABRÃO, 2022).

Ao oferecer uma fundamentação teórica sólida, o marco teórico demonstra ao leitor que o estudo está enraizado em teorias e conceitos relevantes, conferindo-lhe uma base sólida. Além disso, ele ajuda a orientar o pesquisador na definição dos objetivos e hipóteses da pesquisa, fornecendo direção e foco ao estudo. A revisão da literatura

Versão Final Homologada
29/04/2024 10:26

existente permite ao pesquisador situar o problema de pesquisa dentro de um contexto mais amplo, mostrando como ele se relaciona com estudos anteriores e contribuições acadêmicas (CAMARGO, 2023).

Outro aspecto preciso é a análise crítica das teorias e conceitos apresentados no marco teórico, permitindo ao pesquisador identificar lacunas na literatura existente e propor abordagens inovadoras para o estudo. Essa análise crítica é essencial para interpretar os resultados da pesquisa, comparando-os com as teorias existentes e avaliando sua relevância e contribuição para o campo de estudo

Por fim, um marco teórico bem elaborado aumenta a credibilidade do estudo, mostrando que o pesquisador está familiarizado com a literatura relevante e é capaz de situar seu trabalho dentro de um contexto acadêmico mais amplo. Em suma, o marco teórico é essencial porque fornece a base teórica necessária para o estudo, orienta o pesquisador na definição dos objetivos e hipóteses, contextualiza o problema dentro de uma perspectiva mais ampla, e ajuda na interpretação dos resultados e na contribuição para o conhecimento existente em determinada área (FUSER, 2013).

1.2.1) Uma Análise da China como Potência Global

A concepção de Imperialismo surge como uma construção teórica destinada a explicar o emergente papel da China como uma potência global, caracterizada por traços singulares. Essa noção engloba não apenas o notável avanço econômico e militar do país, mas também suas estratégias políticas e diplomáticas voltadas para a ampliação de sua influência em escala mundial. Para embasar esta análise, nos apoiaremos nas contribuições de Romero Wimer e Fernandez Hellmund (2021) e Romero Wimer (2024). Nesta seção, exploraremos as questões centrais do imperialismo, dependência e transição hegemônica, à luz do crescente protagonismo chinês. Nosso objetivo será compreender a estrutura e dinâmica global do capitalismo, considerando a interação dialética entre economia e política. Especificamente, examinaremos a hegemonia dos Estados Unidos, o processo em curso de transição hegemônica e as possíveis mudanças na distribuição de poder em direção à China.

A compreensão da estrutura econômica internacional implica reconhecer a influência crescente da China, que não só se destaca pelo seu avanço econômico e militar, mas também por suas estratégias políticas e diplomáticas destinadas a expandir sua influência global. Isso é evidenciado não apenas pelos investimentos massivos em infraestrutura em países ao redor do mundo, incluindo na América Latina, mas

Versão Final Homologada
29/04/2024 10:26

especialmente pelos investimentos energéticos que são de nosso interesse particular neste estudo. A implementação da Iniciativa do Cinturão e Rota também é relevante, pois visa fortalecer os laços econômicos e políticos da China em escala global. Dentro desse contexto teórico, torna-se fundamental examinar não apenas a hegemonia dos Estados Unidos, mas também a crescente presença da China na América Latina e o impacto de seus investimentos estratégicos na região, considerando a interação dinâmica entre aspectos econômicos e políticos (ROMERO WIMER, 2024, p.21).

Segundo a análise de Romero sobre Antônio Gramsci, as dinâmicas das relações de poder internacionais estabelecem uma distinção entre duas dimensões: a subjetiva e a objetiva. A dimensão subjetiva diz respeito à capacidade hegemônica de um Estado ou grupo de Estados, destacando a habilidade para exercer influência e dominação sobre outros atores internacionais através de estratégias políticas, diplomáticas, culturais e ideológicas. Neste caso, um país pode difundir sua visão de mundo, seus valores e seus interesses através de sua liderança política ou econômica.

Por outro lado, a dimensão objetiva está associada ao desenvolvimento das forças produtivas, às interações econômicas e comerciais com outros agentes internacionais e à capacidade militar de um Estado. Isso implica que a posição de um Estado na ordem internacional é influenciada por fatores econômicos, como sua capacidade de produção e comércio, bem como por sua capacidade de defesa militar. Logo, um país com uma economia robusta e uma máquina militar poderosa pode exercer uma influência considerável na política internacional. Essa distinção entre dimensão subjetiva e objetiva fornece uma compreensão valiosa sobre como os Estados buscam e mantêm sua posição de poder no sistema internacional, considerando tanto seus recursos materiais quanto sua capacidade de influenciar ideias e valores (ROMERO WIMER, 2024, p.20).

A evolução do capital imperialista não apenas conduz a mudanças econômicas, mas também desencadeia transformações nos domínios político, social e cultural. Essa dinâmica é especialmente relevante no âmbito da cadeia global do capital-imperialismo, onde a supremacia burguesa está intrinsecamente ligada à hegemonia de um Estado sobre outro. A partir do final do século XIX e início do século XX, uma nova ordem assimétrica de relações econômicas, políticas, diplomáticas e militares internacionais emergiu, substituindo o antigo sistema colonial europeu, o que resultou na subordinação de muitos países como colônias, semicolônias e nações dependentes (ROMERO WIMER, 2024, p.21). Os eventos econômicos, tecnológicos, políticos e militares do

Versão Final Homologada
29/04/2024 10:26

século XX e XXI devem ser considerados ao caracterizar o fenômeno imperialista em sua dimensão atualizada. No cenário global, a competição entre capitais e Estados persiste, com estratégias financeiras, produtivas, comerciais, militares e ideológicas em jogo. É essencial relacionar essa competição intercapitalista com o fenômeno do imperialismo e suas implicações nas relações internacionais, vinculando-o à dinâmica global do capitalismo (ROMERO WIMER, 2024, p.21-22).

A estruturação dependente implica tanto na subordinação econômica, tecnológica e/ou cultural externa quanto na associação subordinada aos capitais das principais potências imperialistas, resultando na interferência imperialista nas decisões nacionais e em uma soberania estatal fortemente limitada. Essa associação subordinada leva à extração de riquezas pelo capital imperialista através da dependência produtiva, comercial, financeira e tecnológica, utilizando diversos mecanismos como decisões contrárias aos interesses nacionais, exploração intensiva da força de trabalho, drenagem de divisas, entre outros. É importante destacar como esses aspectos estão relacionados à dinâmica global do capitalismo e às mudanças na distribuição de poder em direção à China (ROMERO WIMER, 2024, p.23).

Para fundamentar teoricamente este estudo e estabelecer um ponto de referência para interpretar seus resultados, Romero Wimer (2024) e Romero Wimer e Fernandez Hellmund (2021) adotam o método materialista dialético, que articula o universal, as particularidades e as singularidades. Este enfoque é fundamental para compreender o caráter internacional dos países, tanto aqueles que ascenderam ao nível de potências como os países dependentes.

O progresso histórico do mercado global sob o sistema capitalista tem levado à integração de todos os países dentro da lógica do capital. A natureza internacional de cada nação é estruturalmente determinada como uma entidade orgânica, influenciada não apenas pela vontade de cada Estado, mas também por sua caracterização de classe e pela configuração de suas forças produtivas. É importante considerar a mutabilidade do desenvolvimento histórico e reconhecer que a fixação de um determinado período para a análise de certos aspectos dessas relações é convencional (ROMERO-WIMER; FERNANDEZ-HELLMUND, 2021).

De acordo com a abordagem de Romero Wimer (2024) e Romero Wimer e Fernandez Hellmund (2021), o imperialismo é visto como uma fase específica da evolução do capitalismo. Os traços distintivos do imperialismo são elementos-chave para entender a natureza internacional das potências, incluindo a formação de grandes

Versão Final Homologada
29/04/2024 10:26

corporações transnacionais, a expansão global do capital financeiro, os padrões de exportação de capital, a competição entre capitais a nível internacional e as rivalidades entre potências.

Nesse contexto teórico, uma diversidade de conceitos é empregada para descrever a capacidade e o desenvolvimento da força econômica, política e militar das potências. Termos como "potência emergente" e "grande potência" são utilizados para avaliar o alcance do poder econômico, financeiro, militar e político-ideológico de um país. A história do imperialismo revela uma gama variada de formas e níveis de dependência política, incluindo colônias, semicolônias e nações dependentes (ROMERO-WIMER; FERNANDEZ-HELLMUND, 2021).

Após os processos de descolonização que ocorreram após a Segunda Guerra Mundial, a dependência tornou-se uma forma generalizada de subordinação nacional às potências imperialistas. Em contraste com as teorias clássicas sobre o imperialismo formuladas no início do século XX, destaca-se a relevância das oportunidades lucrativas no mercado global, como a disponibilidade de recursos específicos e as condições econômicas e políticas em determinadas áreas geográficas (ROMERO-WIMER; FERNANDEZ-HELLMUND, 2021).

É nesse contexto que a expansão econômica e militar da China mudou significativamente o equilíbrio de poder no cenário mundial. À medida que a China passa de uma potência emergente a uma grande potência e, eventualmente, a uma superpotência, desafia a hegemonia dos Estados Unidos e aumenta as tensões entre as duas potências. A estratégia da China para diversificar suas fontes de abastecimento, desenvolver relações políticas e adquirir participações em recursos naturais em diferentes países transformou o panorama geopolítico e econômico global (ROMERO-WIMER; FERNANDEZ-HELLMUND, 2021).

De fato, a ascensão da China como uma potência econômica global está transformando dinamicamente as relações internacionais. Apesar de se autodescrever como um país em desenvolvimento, a China exerce uma influência cada vez mais marcante na economia mundial, demonstrada pela expansão de suas empresas no exterior, o aumento dos investimentos estrangeiros diretos em seu território e seu papel proeminente em iniciativas internacionais como a "Nova Rota da Seda". Essas ações evidenciam não apenas a crescente influência chinesa, mas também sua ambição de ampliar seu poder global (ROMERO-WIMER; P FERNANDEZ-HELLMUND, 2021). Paralelamente, o conceito de hegemonia, tal como explorado por pensadores como

Versão Final Homologada
29/04/2024 10:26

Lenin e Gramsci, desempenha um papel importante na compreensão das relações internacionais. A hegemonia, enquanto direção política e ideológico-cultural a nível internacional, tem sido historicamente exercida de maneira proeminente pelos Estados Unidos, moldando as relações sociais, econômicas e políticas globais. Isso se deve em grande parte à expansão de seus capitais, ao predomínio do dólar no sistema monetário internacional e à presença militar em diversas regiões do mundo (ROMERO-WIMER, 2024, p.48).

No entanto, desde finais do século XX até o século XXI, temos observado a consolidação econômica da União Europeia, o assenso da China e a emergência de outras potências como Índia, Brasil e Rússia. Este panorama tem levado a uma configuração multipolar da geopolítica mundial, desafiando a hegemonia estadunidense (ROMERO-WIMER, 2024, p.49). É importante destacar que, embora o Estado-nação continue sendo significativo no jogo geopolítico atual, as empresas transnacionais também desempenham um papel fundamental na arena internacional. Estas empresas, embora operem em um nível global, interagem estreitamente com os Estados-nação, dependendo deles para proteger seus investimentos e facilitar sua atividade econômica no mercado mundial (ROMERO WIMER, 2024, p.50).

Neste contexto, os Estados, especialmente de economias capitalistas e países dependentes, atuam como intermediários dos interesses econômicos globais, reproduzindo a influência das principais potências no mercado mundial. Embora os Estados-nação possam obstaculizar ou favorecer os interesses das empresas transnacionais, é importante reconhecer que as classes dominantes destes países participam no mercado mundial a partir de uma posição subordinada ou dominante (ROMERO WIMER, 2024, p.50).

A ascensão da China como contendente principal dos Estados Unidos na transição hegemônica é um fenômeno destacado no cenário atual. Desde sua entrada na Organização Mundial do Comércio em 2001, a China exerceu uma influência cada vez maior a nível mundial, especialmente na Ásia. Sua expansão econômica, impulsionada por reformas capitalistas iniciadas em 1978, foi ainda mais consolidada com iniciativas como a 'Nova Rota da Seda', que busca expandir a influência chinesa a nível global (ROMERO WIMER, 2024, p.54).

A China também se tornou um ator importante na América Latina, estabelecendo acordos comerciais e de cooperação com vários países da região. Seu crescente poder militar, embora até o momento não tenha se traduzido em intervenções militares diretas

Versão Final Homologada
29/04/2024 10:26

em outros países, apresenta desafios estratégicos em áreas como o Mar do Sul da China e o estreito de Taiwan (ROMERO WIMER, 2024, p.55).

A expansão chinesa na América Latina, particularmente no Brasil e no setor energético brasileiro, pode ser interpretada à luz de suas estratégias imperialistas contemporâneas. Em primeiro lugar, a China busca garantir o acesso a recursos naturais essenciais para sustentar seu crescimento econômico acelerado. O setor energético, com suas vastas reservas de petróleo, gás e outras fontes de energia, representa um alvo estratégico para a China, que procura diversificar suas fontes de abastecimento e reduzir sua dependência de fornecedores tradicionais. Essa busca por recursos energéticos tem levado a um aumento significativo nos investimentos chineses em projetos de energia na América Latina, incluindo parcerias com empresas brasileiras e aquisições de ativos energéticos.

Além disso, a presença chinesa no setor energético da América Latina está intimamente ligada a uma estratégia mais ampla de expansão geopolítica e econômica. A China busca não apenas garantir o suprimento de energia para suas próprias necessidades, mas também estabelecer uma presença estratégica em regiões-chave ao redor do mundo. Ao investir pesadamente no setor energético do Brasil e de outros países latino-americanos, a China está construindo relações econômicas e políticas mais estreitas com essas nações, aumentando sua influência na região e reduzindo a influência tradicional de potências ocidentais. Essa dinâmica sugere que a China está adotando uma abordagem imperialista na América Latina, aproveitando-se de sua capacidade econômica e de seus recursos financeiros para estabelecer uma posição dominante no setor energético e, por extensão, na economia e na geopolítica da região.

A crescente influência da China na região, por meio de investimentos substanciais em energia e outros setores-chave, não apenas reflete uma busca por expansão econômica, mas também revela um caráter imperialista contemporâneo. Esta presença chinesa está redefinindo as dinâmicas de poder e desafiando a influência tradicional dos Estados Unidos e outras potências ocidentais, delineando uma nova ordem geopolítica e econômica no século XXI. Este cenário não apenas nos leva a uma reavaliação dos modelos de hegemonia, mas também convida à análise crítica das implicações dessa nova dinâmica para a América Latina e o mundo (ROMERO WIMER, 2024, p.57).

Versão Final Homologada
29/04/2024 10:26

1.2.2) Construtivismo A teoria crítica de Robert Cox

Exploraremos os elementos teóricos desenvolvidos por Robert Cox sobre hegemonia e nova ordem mundial, com foco nas relações entre China e América Latina. Cox é uma figura proeminente na teoria crítica das Relações Internacionais, cujo trabalho tem sido fundamental para desafiar as estruturas de poder estabelecidas na ordem mundial. Sua abordagem vai além da simples análise das relações entre Estados, buscando entender os processos históricos e sociais que subjazem à política global. Ao contrário da perspectiva convencional, Cox não aceita as instituições e relações sociais como imutáveis; pelo contrário, ele as investiga profundamente para revelar suas origens e dinâmicas subjacentes. Ele enfatiza a análise histórica e contextualizada como fundamental para compreender as origens das estruturas de poder e sua influência nas relações entre Estados e atores internacionais, permitindo identificar padrões e tendências de longo prazo na dinâmica global (COX, 2021)

Cox está preocupado com a possibilidade de mudança na ordem mundial. Ele sugere que as relações de poder não são fixas e imutáveis, mas sim passíveis de transformação. Ao desafiar a ordem estabelecida, Cox busca explorar potenciais alternativas para a ordem global vigente. Com base em seu artigo *"Social Forces, States and World Orders"* de 1981[1], que oferece uma perspectiva crítica sobre as estruturas de poder existentes e propõe caminhos para uma transformação progressiva e mais justa das relações internacionais. Ele examina as forças sociais, as formas de Estado e as ordens mundiais como níveis inter-relacionados de análise.

Neste contexto, ele critica as teorias tradicionais de relações internacionais, como o realismo e o marxismo estrutural, por sua falta de historicidade, essencialismo e postura conservadora. Em vez disso, o autor advoga por uma teoria crítica que questiona a ordem existente e busca possíveis alternativas de transformação (COX, 2021).

A distinção entre a Teoria da Solução de Problemas e a Teoria Crítica revela diferentes abordagens para compreender e transformar o mundo social. Enquanto a primeira adota uma visão pragmática, focada na resolução de questões dentro do contexto existente para manter a estabilidade das instituições estabelecidas, a Teoria Crítica questiona as estruturas de poder e busca promover mudanças significativas, não se contentando em resolver problemas dentro do sistema estabelecido. Ao aplicarmos essas teorias ao contexto das relações internacionais entre China e América Latina,

[1] Usarei sua obra traduzida por Gontijo e publicada na revista Oikos em 2021.

Versão Final Homologada
29/04/2024 10:26

podemos entender melhor como diferentes perspectivas influenciam a análise dessas dinâmicas e a busca por uma ordem social mais justa e igualitária (COX, 2021).

Assim, enquanto a Teoria da Solução de Problemas tende a perpetuar as estruturas de poder existentes, a Teoria Crítica, incluindo o Materialismo Histórico, procura compreender as origens das desigualdades e injustiças sociais e promover uma mudança radical na ordem social. Ela desafia as noções estabelecidas de poder, dominação e exploração, convidando-nos a repensar as formas pelas quais organizamos e vivemos em sociedade (COX, 2021).

O materialismo histórico, uma das fundações teóricas da abordagem crítica, fornece uma perspectiva valiosa para compreender as relações de poder no cenário global. Destaca-se a relevância da dialética, que busca desvendar a verdade através da análise das contradições. Esta abordagem não apenas investiga as relações de poder existentes, mas também questiona suas bases e possibilidades de transformação. Ao examinar a ascensão da China e suas interações com a América Latina, é primordial considerar como esses processos são influenciados por complexas forças sociais, econômicas e políticas.

No contexto das relações sino-latino-americanas, o conceito-chave do imperialismo emerge como uma peça essencial a ser minuciosamente explorada. O imperialismo, atuando tanto na dimensão vertical quanto na horizontal, desempenha um papel crítico na compreensão das dinâmicas globais. A crescente presença da China na América Latina, evidenciada por investimentos em infraestrutura, comércio e cooperação tecnológica, levanta questionamentos sobre modelos de desenvolvimento, dependência econômica e soberania nacional.

O materialismo histórico, ao penetrar na análise das dinâmicas de poder, transcende a abordagem tradicional centrada na rivalidade entre Estados, considerando também a dimensão vertical da economia política global. Nesta dimensão, é possível identificar uma estrutura hierárquica de poder entre diferentes estratos ou níveis dentro do sistema econômico mundial. Enquanto as abordagens convencionais tendem a enfatizar as disputas entre Estados-nação, o materialismo histórico amplia essa visão ao reconhecer a importância categórica da dimensão vertical.

Ao levar em conta essa dimensão vertical, o materialismo histórico não apenas aprofunda nossa compreensão das relações internacionais, mas também destaca questões cruciais frequentemente negligenciadas, como o papel do imperialismo e da dominação do centro sobre a periferia. Além disso, ao analisar as relações de poder na

Versão Final Homologada
29/04/2024 10:26

produção, essa abordagem oferece percepções profundos sobre a natureza do poder político e sua manifestação em diferentes contextos sociais e econômicos. Assim, o materialismo histórico enriquece nossa compreensão das dinâmicas globais de poder, lançando luz sobre as disparidades econômicas e a complexa teia de relações que moldam a economia política global (COX, 2021).

Cox também destaca a importância da institucionalização e da hegemonia na compreensão das relações de poder. As instituições desempenham um papel determinante na legitimação das relações de poder e na gestão de conflitos internos. O conceito de hegemonia, conforme discutido por Gramsci, adiciona complexidade à análise, destacando como certos grupos influenciam normas e instituições que regem sociedades ou ordens mundiais (COX, 2021).

Além disso, o conceito de hegemonia de Cox vai além do domínio político ou econômico de um Estado, envolvendo a construção de consenso em torno das normas e valores que sustentam a ordem mundial, e analisando como as classes dominantes exercem influência e as classes subalternas resistem e contestam o *status quo*. As contribuições de Cox nos instigam a repensar as formas de conceber e estudar as Relações Internacionais, desafiando-nos a adotar uma abordagem mais crítica e reflexiva em relação a um mundo em constante mudança (PEREIRA, GARCIA, 2021).

No contexto da hegemonia mundial, é fulcral compreender como as classes dominantes transnacionais conseguem articular um consenso hegemônico entre os principais países e implementar seus projetos em outras nações por meio de instituições internacionais. Isso envolve analisar o papel das forças sociais e das classes dominantes na relação com o projeto hegemônico em curso. O método de Cox oferece uma estrutura analítica abrangente para examinar as tensões e transformações nas relações de poder, considerando não apenas Estados e instituições internacionais, mas também as forças sociais em disputa dentro e fora das fronteiras nacionais (PEREIRA, GARCIA, 2021).

Além disso, o conceito de sistema imperial, investigado por Cox e outros teóricos críticos, proporciona uma base conceitual abrangente para compreender as complexas relações de poder em escala global. O sistema imperial transcende a mera expressão de poder estatal, abarcando uma rede transnacional intrincada que envolve não apenas Estados, mas também instituições internacionais e forças sociais. Ao analisar as interações entre atores como China, Estados Unidos e América Latina, é fundamental considerar como essas relações são moldadas e contestadas dentro desse contexto. A inclusão de diversas perspectivas teóricas enriquece nossa compreensão das dinâmicas

Versão Final Homologada
29/04/2024 10:26

globais, permitindo uma análise mais completa da ascensão da China e seu impacto na reconfiguração das relações de poder em escala mundial.

Neste contexto, é imperativo reconhecer que a China está emergindo como um ator proeminente no sistema imperial contemporâneo, desafiando a hegemonia tradicional dos Estados Unidos e influenciando as relações internacionais em consonância com seus próprios interesses estratégicos. Sua ascensão como uma potência global em ascensão redesenha as dinâmicas de poder no palco internacional, buscando ampliar sua influência econômica, política e militar em todo o mundo. Portanto, no âmbito do sistema imperial, a China surge como uma peça fundamental, cujas ações e interações tanto moldam quanto são moldadas pelas dinâmicas globais de poder.

Uma análise aprofundada das relações entre China e América Latina sob uma perspectiva crítica oferece percepções valiosas sobre as dinâmicas globais em curso. Destaca-se a importância de examinar não apenas as relações entre Estados, mas também as relações de poder, ideologia e classe que moldam esses processos. Ao entender as complexidades dessas relações, contribuímos para uma compreensão mais profunda das dinâmicas geopolíticas contemporâneas e dos desafios enfrentados em um mundo cada vez mais interconectado.

1.2.3) Relações Centro-Periferia e Desenvolvimento

A relação entre China e Brasil no setor energético pode ser analisada à luz das teorias de centro-periferia discutidas por Celso Furtado e Raúl Prebisch. a China, como uma economia do centro em ascensão, tem buscado expandir sua influência global, inclusive através de investimentos em recursos naturais e energéticos em países da [2]periferia, como o Brasil. Nesse contexto, a relação pode ser vista como uma manifestação das dinâmicas de dominação e exploração discutidas por Furtado e Prebisch.

A China, como parte do centro econômico global, muitas vezes busca garantir acesso preferencial a recursos energéticos em países periféricos, como o Brasil, para sustentar seu próprio crescimento econômico e poder geopolítico. Por outro lado, o Brasil, enquanto país periférico, muitas vezes busca atrair investimentos estrangeiros,

2 O Brasil é caracterizado como periférico devido ao seu desenvolvimento econômico limitado, sua dependência de commodities e sua participação restrita nas cadeias globais de valor. Enquanto isso, a ascensão econômica da China, sua integração profunda na economia global e sua influência política significativa a destacam como uma potência central em contraste.

Versão Final Homologada
29/04/2024 10:26

incluindo da China, para desenvolver sua infraestrutura energética e impulsionar seu próprio desenvolvimento econômico. No entanto, essa dinâmica pode resultar em desafios, como a dependência excessiva de investidores estrangeiros e a perda de controle sobre recursos naturais estratégicos.

As concepções fundamentais dessa corrente de pensamento, conhecida como "estruturalismo latino-americano" ou "pensamento cepalino", associada à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), enfatiza a análise das estruturas econômicas e sociais dos países latino-americanos, especialmente em relação à sua inserção na economia global e às relações entre centro e periferia. Os economistas da CEPAL desenvolveram uma abordagem estrutural para compreender as disparidades de desenvolvimento entre os países centrais e periféricos, destacando a dependência tecnológica e a exploração econômica como características centrais do subdesenvolvimento na periferia (MOURA, 2020).

Destaca-se a ideia de que cada país segue uma trajetória singular de desenvolvimento, influenciada por suas particularidades históricas, em contraposição às visões etapistas do progresso econômico. Nesse contexto, a análise histórica, centrada na dicotomia entre centro e periferia, emerge como um dos elementos distintivos desse arcabouço teórico. Essa abordagem examina como o avanço tecnológico se difunde de maneira desigual entre as nações, refletindo uma divisão internacional do trabalho específica (MOURA, 2020).

As economias centrais são percebidas como dinâmicas e autônomas, capazes de gerar seus próprios processos de desenvolvimento. Por outro lado, as economias periféricas dependem do progresso gerado nos centros, estabelecendo uma interação na qual os centros assumem a produção industrial, enquanto as periferias se concentram em atividades primárias e exportadoras. Essa dinâmica evidencia as relações de interdependência e assimetria entre as diferentes regiões do sistema econômico global (MOURA, 2020).

A metodologia central empregada nas análises dos economistas da CEPAL é conhecida como abordagem estrutural. Embora inicialmente concebida para abordar questões inflacionárias, sua aplicação se estendeu para uma compreensão mais ampla da realidade socioeconômica dos países latino-americanos. Essa abordagem destaca a importância das estruturas econômicas e sociais na determinação dos processos de desenvolvimento de cada país, ao mesmo tempo em que esses processos influenciam as

Versão Final Homologada
29/04/2024 10:26

características específicas de suas estruturas. Essa ênfase nas questões estruturais levou ao reconhecimento do pensamento da CEPAL como "estruturalismo latino-americano".

O contraste entre centro e periferia é central nesse contexto, destacando as especificidades estruturais que determinam como esses países se inserem no mercado mundial. Essa análise, inclui a relação entre centro e periferia, examinando como as economias latino-americanas se posicionam internacionalmente (MOURA, 2020).

Os problemas enfrentados pelos países da América Latina são vistos pelos estruturalistas como resultantes de suas estruturas produtivas, sociais e ocupacionais, em oposição a fatores monetários ou fiscais como argumentado pela ortodoxia econômica. A industrialização na periferia, embora tenha acelerado o desenvolvimento, também gerou uma heterogeneidade estrutural, marcada pela dependência tecnológica e pela posição econômica periférica. Tanto Prebisch como Furtado, argumentam que as relações entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos não são mutuamente benéficas, pois historicamente a subordinação econômica tem favorecido os países do centro em detrimento da periferia. Essa relação desigual é evidenciada pela drenagem constante de excedentes produzidos na periferia para o centro, entre outras formas de exploração econômica (MOURA 2020).

Assim, entendemos que a estrutura de poder muitas vezes resulta em processos de dominação e exploração, perpetuando a subordinação econômica e social dos países periféricos em relação aos centrais. Por outro lado, o conceito de imperialismo, fundamental nas análises da CEPAL, descreve o papel de dominação e exploração exercido pelas economias centrais sobre as periféricas. Esta abordagem é corroborada por Romero Wimer (2024), que destaca como a China, como uma das economias centrais, desempenha um papel fundamental nessa dinâmica. O imperialismo opera em duas dimensões: verticalmente, demonstrando a hierarquia de poder entre os estratos da economia global, e horizontalmente, abrangendo as interações e rivalidades entre os atores do centro, como a China, e outros atores globais ou regionais.

O desenvolvimento histórico do mercado mundial sob o sistema capitalista tendeu a integrar todos os países dentro da lógica do capital. A natureza internacional de cada nação é estruturalmente determinada como uma entidade orgânica, influenciada não apenas pela vontade de cada Estado, mas também por sua caracterização de classe e pela configuração de suas forças produtivas (ROMERO-WIMER; FERNANDEZ-HELLMUND, 2021).

Versão Final Homologada
29/04/2024 10:26

A estruturação dependente implica tanto a subordinação econômica, tecnológica e/ou cultural externa quanto à associação subordinada aos capitais das principais potências imperialistas, resultando na interferência imperialista nas decisões nacionais e em uma soberania estatal fortemente limitada (ROMERO WIMER, 2024).

Nesse contexto, a China é vista como um país central, exercendo influência significativa sobre as dinâmicas de poder globais e regionais. Essa dinâmica muitas vezes resulta em processos de dominação e exploração, nos quais as economias centrais, incluindo a China, exercem controle sobre as periféricas.

A compreensão dessas complexidades sob uma perspectiva crítica demanda uma análise profunda não apenas das relações entre Estados, mas também das relações de classe, poder e ideologia que permeiam esses processos. Isso implica em examinar não apenas o impacto econômico e político da presença chinesa na América Latina, mas também suas implicações sociais, culturais e ambientais, e como essas dinâmicas são influenciadas por interesses divergentes e estruturas de poder globais.

Considerando os mecanismos de manutenção da hegemonia e as forças sociais que podem provocar mudanças na ordem mundial, é possível imaginar diversos cenários para o futuro das relações entre China e América Latina. Isso inclui uma maior dependência em relação à China, uma reconfiguração das relações de poder regionais ou até mesmo a emergência de uma contra hegemonia baseada em interesses compartilhados entre os países da América Latina.

1.2.4) Geopolítica Energética

Nesta seção, exploraremos os principais desafios e dinâmicas globais que moldam o cenário energético mundial, com foco nas interações entre diferentes atores, incluindo países produtores, consumidores e intermediários. A geopolítica da energia é um campo determinante para entender as interações entre os Estados, as estratégias econômicas e as relações internacionais (ABRÃO, 2022).

Os recursos energéticos, como petróleo, gás natural, carvão e energias renováveis, desempenham um papel fundamental na determinação do poder geopolítico de um país. As nações detentoras de vastas reservas de energia têm uma vantagem estratégica significativa no cenário internacional, podendo usar esses recursos como instrumento de influência e barganha nas relações bilaterais e multilaterais (CONANT, 1981).

Versão Final Homologada
29/04/2024 10:26

A competição por recursos energéticos e rotas de transporte é uma característica marcante da geopolítica da energia. Os principais corredores de energia, como oleodutos e gasodutos, são alvos de rivalidades geopolíticas entre os Estados, que buscam garantir o acesso a fontes confiáveis de energia e controlar as rotas de transporte para garantir sua segurança energética. O desenvolvimento e a adoção de tecnologias energéticas inovadoras têm implicações profundas na geopolítica da energia. A busca por fontes de energia mais limpas e sustentáveis, como a energia solar, eólica e nuclear, está reconfigurando as relações de poder entre os países, incentivando a cooperação e a competição em torno do desenvolvimento e controle dessas tecnologias (CONANT, 1981).

As mudanças climáticas estão transformando o cenário energético global, impulsionando a transição para uma economia de baixo carbono e aumentando a pressão sobre os países para reduzir suas emissões de gases de efeito estufa. Essa mudança de paradigma está gerando novas dinâmicas na geopolítica da energia, com países buscando liderança e influência na arena internacional por meio de iniciativas de energia limpa e sustentável.

A geopolítica da energia também se desdobra em níveis regional e global, com alianças e rivalidades geopolíticas moldando o acesso a recursos energéticos e as relações entre os Estados. Nações como Rússia, Estados Unidos, China, Arábia Saudita e países da União Europeia desempenham papéis-chave na geopolítica energética global, influenciando a segurança energética, as alianças estratégicas e a estabilidade geopolítica em diversas regiões do mundo (KERR, 2012).

A relação entre energia e poder é intrínseca e complexa, influenciando diretamente a dinâmica das relações internacionais. O acesso a recursos energéticos, como petróleo, gás natural e outros combustíveis, é fundamental para o desenvolvimento econômico e estratégico de um país. Estados que possuem abundância de recursos energéticos muitas vezes exercem influência significativa no cenário global, seja através da utilização desses recursos como ferramenta de diplomacia e negociação, seja através do controle de rotas de transporte e fornecimento de energia. Por outro lado, países dependentes de importações energéticas enfrentam desafios de segurança energética, tornando-se vulneráveis a interrupções no fornecimento e oscilações nos preços, o que pode afetar sua estabilidade econômica e política. Assim, a geopolítica energética envolve não apenas a competição pelo acesso e controle de recursos energéticos, mas também a busca por estratégias de diversificação, cooperação e

Versão Final Homologada
29/04/2024 10:26

segurança que garantam o suprimento estável e sustentável de energia em um contexto globalmente interconectado e dinâmico (KERR, 2012).

Na dinâmica da geopolítica energética, tanto a China quanto o Brasil desempenham papéis importantes devido às suas dimensões geográficas, recursos naturais e crescente demanda por energia. A China, como uma das maiores economias do mundo e consumidora voraz de energia, busca garantir o acesso seguro e estável aos recursos energéticos necessários para sustentar seu desenvolvimento econômico e manter sua posição como potência global. Para isso, tem investido em uma estratégia diversificada que inclui a aquisição de ativos energéticos em todo o mundo, incluindo na América Latina, onde o Brasil se destaca como um dos principais produtores de recursos energéticos (KERR, 2012).

A análise das políticas energéticas chinesas revela uma evolução significativa ao longo das décadas, influenciada por uma série de desafios e pressões, tanto internas quanto externas. Antes de 1978, o setor elétrico chinês era altamente centralizado e controlado pelo Estado, o que levou a problemas de escassez de energia no início dos anos 1980 devido ao rápido crescimento da demanda. As reformas iniciadas em 1985 buscaram descentralizar o setor e permitir investimentos subnacionais na geração de energia, levando a uma estrutura mais fragmentada e burocrática, com competição entre diferentes ministérios e províncias (HAMILKO, 2020).

Essa descentralização continuou ao longo das décadas seguintes, com múltiplas reestruturações administrativas que fragmentaram ainda mais a autoridade e a coordenação na formulação e implementação de políticas energéticas. A competição burocrática e a falta de coerência na formulação de políticas resultaram em desafios significativos, incluindo escassez de energia, racionamento e *blackouts* em 2003, destacando a importância de uma coordenação eficaz para a estabilidade do país (HAMILKO, 2020).

Diante desses desafios, a China incorporou estratégias de diversificação das fontes de energia e aumentou os investimentos em infraestrutura e tecnologias energéticas. O país se tornou o maior consumidor de energia do mundo desde 2009, o que tem implicações geopolíticas globais, com a China e suas empresas buscando ativamente investimentos em recursos energéticos em várias regiões, incluindo África, América Latina e Oriente Médio (HAMILKO, 2020).

Nesse contexto, o Brasil emerge como um destino importante para os investimentos da China no setor energético, dada sua abundância de recursos naturais.

Versão Final Homologada
29/04/2024 10:26

Através desses investimentos, a China buscar garantir seu acesso a recursos energéticos essenciais. No contexto sino-brasileiro, essa dinâmica se manifesta através de acordos de cooperação energética, investimentos em infraestrutura energética e comércio de recursos como petróleo, gás natural e biocombustíveis (HAMILKO, 2020)

Nesse contexto, os dados apresentados na Figura 1 revelam a estrutura da matriz energética brasileira, evidenciando uma combinação de fontes renováveis e não renováveis. A significativa participação de fontes como Biomassa da Cana, Hidráulica e Energias Alternativas ressalta os esforços do país em desenvolver uma matriz mais sustentável e diversificada. A energia hidrelétrica, por exemplo, é uma fonte essencial e historicamente importante, refletindo a abundância de recursos hídricos do país e sua capacidade de gerar eletricidade de forma relativamente limpa e sustentável. Além disso, a biomassa da cana-de-açúcar representa uma fonte renovável importante, especialmente no setor de biocombustíveis, contribuindo para a redução das emissões de gases de efeito estufa e para a diversificação da matriz energética.

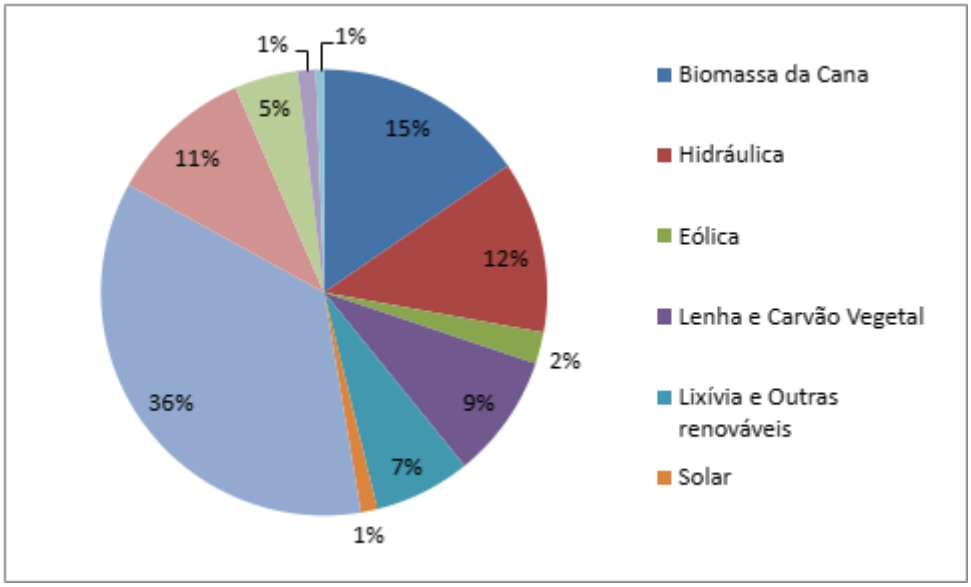
No entanto, é importante notar também a presença significativa de fontes não renováveis, como Petróleo e derivados (35,7%) e Gás Natural (10,5%). Esses dados refletem a dependência contínua do Brasil em combustíveis fósseis para atender às suas necessidades energéticas, o que pode ter implicações tanto econômicas quanto geopolíticas. A exploração e produção de petróleo, por exemplo, são áreas-chave da economia brasileira e podem influenciar as relações diplomáticas do país com outros produtores e consumidores globais de energia.

Além disso, o aumento gradual da participação de fontes alternativas de energia, como Eólica (2,3%), Solar (1,2%) e Lixívia e Outras renováveis (7%), indica uma tendência em direção à diversificação da matriz energética brasileira. Essas fontes estão se tornando cada vez mais importantes na busca por uma energia mais limpa e sustentável, contribuindo para a redução da dependência de combustíveis fósseis e para o enfrentamento dos desafios ambientais e climáticos globais.

Logo, a análise desses dados evidencia a complexidade da matriz energética brasileira e sua interconexão com as dinâmicas geopolíticas globais. O Brasil, como um dos principais atores no cenário energético regional e global, enfrenta desafios e oportunidades decorrentes da diversificação de suas fontes de energia, da gestão eficiente de seus recursos naturais e das relações diplomáticas e comerciais com outros países produtores e consumidores de energia.

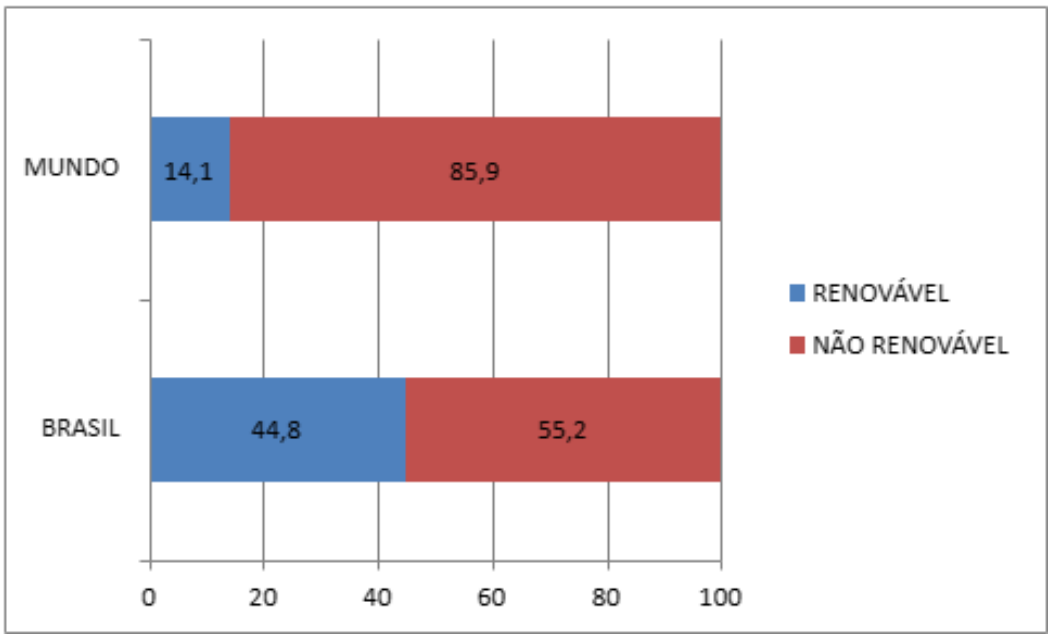
Versão Final Homologada
29/04/2024 10:26

Figura 1: Oferta Interna de Energia do Brasil 2022



Fonte: EPE- Balanço Energético de 2023- Ministério de Minas e Energia

Figura 2: Participação Energética do Brasil e Mundo no ano de 2021



Fonte: EPE- Balanço Energético de 2023- Ministério de Minas e Energia

Os dados apresentados na Figura 2, relativos à participação de fontes renováveis e não renováveis na matriz energética, fornecem uma visão comparativa entre o Brasil e o mundo. No contexto brasileiro, os números destacam que 44,8% da oferta interna de energia é proveniente de fontes renováveis, enquanto 55,2% são provenientes de fontes não renováveis. Essa distribuição reflete os esforços do Brasil em utilizar seus recursos

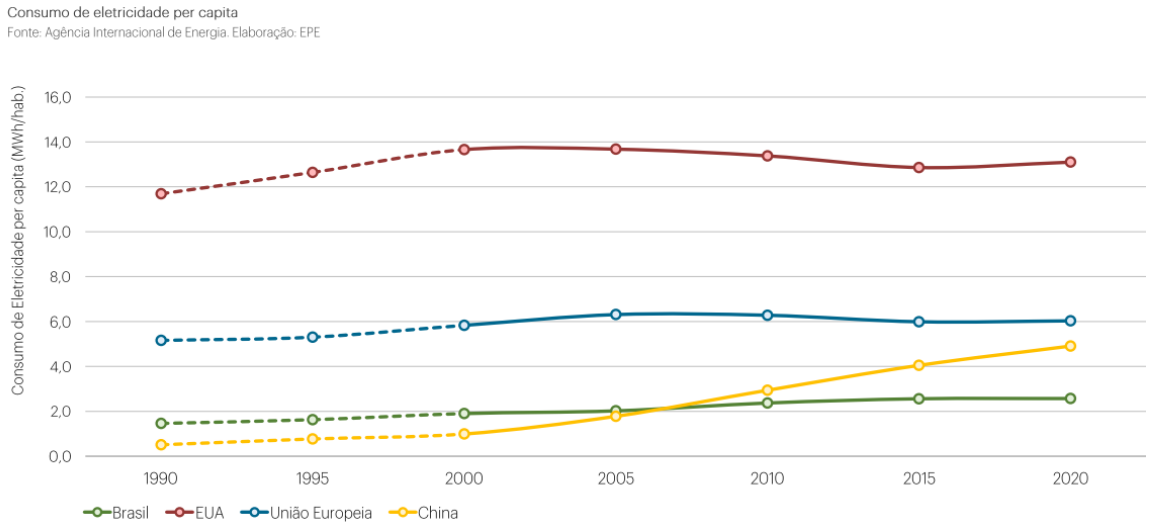
Versão Final Homologada
29/04/2024 10:26

naturais de forma sustentável, com uma ênfase significativa em fontes como Biomassa da Cana, Hidráulica e Energias Alternativas.

Ao comparar com os dados globais, nota-se uma diferença substancial na participação de fontes renováveis, com apenas 14,1% da oferta interna de energia mundial vindo de fontes renováveis, em contraste com os 44,8% do Brasil. Isso evidencia o potencial e a importância das fontes renováveis na matriz energética brasileira, bem como a posição única do país em relação à sua dependência de fontes não renováveis em comparação com a média global.

Essa análise ressalta não apenas os desafios enfrentados pelo Brasil na transição para uma matriz energética mais sustentável, mas também as oportunidades decorrentes de sua posição como um dos principais produtores de energia na América Latina. Em um cenário geopolítico global marcado pela competição por recursos energéticos e preocupações com a segurança e a sustentabilidade energética, o Brasil tem a capacidade de desempenhar um papel significativo na promoção de soluções energéticas mais limpas e na influência das dinâmicas geopolíticas regionais e globais.

Figura 3: Evolução dos indicadores: Brasil e o Mundo



Fonte: EPE- Balanço Energético de 2023- Ministério de Minas e Energia

A análise minuciosa da evolução do consumo de eletricidade per capita, extraída da Figura 3, proporciona insights valiosos sobre as tendências energéticas, tanto no âmbito nacional quanto global. Observa-se um crescimento consistente do consumo de eletricidade no Brasil ao longo das últimas três décadas, contrastando com a estabilidade dos Estados Unidos e o crescimento moderado da União Europeia, o que ressalta a singularidade do desenvolvimento energético brasileiro. Embora esse aumento

Versão Final Homologada
29/04/2024 10:26

expressivo aproxime o Brasil dos padrões de consumo de energia dos países desenvolvidos, ainda o mantém abaixo da média dessas nações. Por outro lado, a China se destaca como líder incontestável em consumo per capita de eletricidade, com um impressionante crescimento de 600% desde 1990.

A imagem compreende um gráfico de linhas que retrata a evolução do consumo de eletricidade per capita no Brasil, Estados Unidos, União Europeia e China entre 1990 e 2020. Os dados foram coletados pela Agência Internacional de Energia e compilados pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE). O consumo per capita de eletricidade no Brasil registrou um crescimento constante ao longo do período analisado, partindo de 2,5 MWh/hab. em 1990 para 10 MWh/hab. em 2020, representando um aumento de 300%. Em contrapartida, os Estados Unidos mantiveram um consumo relativamente estável, com uma ligeira queda de 14,5 MWh/hab. para 13,5 MWh/hab. no mesmo período. A União Europeia apresentou um crescimento moderado, passando de 8 MWh/hab. para 10 MWh/hab. Já a China registrou o maior crescimento, de 1 MWh/hab. em 1990 para 7 MWh/hab. em 2020, um aumento de 600%. Apesar de possuir um consumo per capita de eletricidade inferior aos Estados Unidos, União Europeia e China, o Brasil teve o segundo maior crescimento entre os países analisados, ficando atrás apenas da China, que lidera o ranking com o maior consumo per capita de eletricidade.

Enquanto a China busca garantir o acesso seguro aos recursos energéticos essenciais para sustentar seu desenvolvimento econômico, o Brasil emerge como um destino inapelável para os investimentos chineses no setor energético, dada sua riqueza em recursos naturais. Através desses investimentos, a China busca assegurar seu suprimento energético, solidificando sua presença global e sua influência estratégica. No entanto, essa dinâmica também suscita preocupações sobre a dependência brasileira em relação ao mercado chinês e os interesses chineses em expandir sua influência na região. A coordenação estratégica entre os dois países será essencial para garantir benefícios mútuos sem comprometer a soberania nacional e a segurança energética de ambas as partes. O aumento da presença chinesa na América Latina, especialmente no setor energético, apresenta oportunidades significativas de desenvolvimento econômico e tecnológico, mas também levanta questões sobre soberania, segurança energética e impactos ambientais. Nessa interseção entre geopolítica energética, interesses nacionais e dinâmica global, a relação sino-brasileira desempenha um papel indicutível,

Versão Final Homologada
29/04/2024 10:26

influenciando e sendo influenciada por uma complexa rede de fatores econômicos, políticos e estratégicos (KERR, 2012) (HAMILKO, 2020).

1.3) Considerações parciais

As considerações parciais deste capítulo sublinham a importância da análise crítica das dinâmicas de poder nas relações sino-latino-americanas, enraizadas em uma base teórica robusta que inclui a teoria crítica de Robert W. Cox, bem como conceitos como hegemonia, imperialismo e materialismo histórico. É crítico compreender profundamente as origens das estruturas de poder e suas influências nas relações internacionais, ressaltando a relevância da análise histórica e contextualizada.

Além disso, são discutidas diversas abordagens teóricas para entender e transformar o mundo social, como a Teoria da Solução de Problemas versus a Teoria Crítica, destacando a importância desta última na busca por mudanças significativas na ordem social. A distinção entre essas abordagens é essencial para compreender como diferentes perspectivas influenciam a análise das dinâmicas de poder.

Ao explorar os elementos teóricos de Robert Cox, como o construtivismo e a noção de sistema imperial, o capítulo enfatiza a importância de considerar não apenas as relações entre Estados, mas também as relações de classe, poder e ideologia que permeiam os processos geopolíticos. Salienta-se também a relevância da análise das relações centro-periferia, utilizando as teorias de Celso Furtado e Raúl Prebisch, para entender as dinâmicas de dominação e exploração presentes nas relações entre China e América Latina, especialmente no setor energético.

Por fim, o capítulo aborda a geopolítica energética, destacando as interações complexas entre diferentes atores globais e regionais no cenário energético mundial, com foco nas relações entre China e Brasil. São discutidos os desafios e oportunidades dessa relação, bem como as preocupações relacionadas à soberania nacional, segurança energética e impactos ambientais. Em suma, as considerações parciais deste capítulo enfatizam a necessidade de uma análise crítica e contextualizada das dinâmicas de poder nas relações sino-latino-americanas, considerando uma variedade de abordagens teóricas e fatores geopolíticos, econômicos e sociais.

Versão Final Homologada
29/04/2024 10:26

Capítulo 2- Implicações Políticas, Econômicas e Ambientais

2.1) Introdução

Neste capítulo discutimos, como a China busca investir no Brasil, especialmente no setor energético, como parte de uma estratégia mais ampla de internacionalização de suas empresas e busca por oportunidades de lucro fora do mercado interno saturado. Esses investimentos são sustentados por políticas governamentais e pelo financiamento do Banco de Desenvolvimento da China (CDB), evidenciando uma abordagem coordenada entre o setor público e privado chinês. Como maior consumidora de energia do mundo, a China procura garantir o fornecimento de energia por meio de investimentos no exterior, incluindo no Brasil. A cooperação no setor energético entre China e Brasil transcende os interesses meramente econômicos, abordando também considerações políticas, ambientais e estratégicas.

2.2) Investimentos Globais da China: Uma Visão Abrangente

A ascensão econômica e política da China nas últimas décadas, conforme discutido por Cintra e Pinto (2017), trouxe consigo transformações profundas na economia mundial e no cenário geopolítico. A China registrou um crescimento médio anual impressionante de 10% ao ano, consolidando-se como a "fábrica do mundo" e desencadeando uma reestruturação significativa na divisão global da produção. Consequentemente, novas cadeias de suprimentos e fluxos comerciais foram estabelecidas, redefinindo a dinâmica econômica internacional.

Cintra e Pinto (2017) também apontam para o aumento do poder político da China no âmbito das instituições multilaterais e nas negociações bilaterais com nações em desenvolvimento e desenvolvidas. Essa projeção de poder se estende não apenas na Ásia, mas também no tabuleiro geopolítico global, moldando novas configurações nas relações internacionais.

No entanto, como destacado pelos mesmos a trajetória de desenvolvimento chinesa é um processo dinâmico, marcado por avanços e recuos, onde a China está em busca de se tornar um país moderno, rico e poderoso. Nesse contexto, o Estado exerce um papel de orientação, moldando políticas macroeconômicas, industriais, tecnológicas e externas para promover estabilidade política, elevar os padrões de vida da população e assegurar uma posição de destaque no cenário mundial.

Versão Final Homologada
29/04/2024 10:26

Apesar dos sucessos alcançados, a China enfrenta desafios, como ressaltam Garcia (2018), o modelo de crescimento centrado em investimentos na China exacerbou desigualdades socioeconômicas ao aumentar significativamente a disparidade de renda e riqueza no país. Em 2018, os 10% mais ricos detinham 41% da renda nacional, evidenciando um desequilíbrio econômico marcante. Essa disparidade ressalta a necessidade urgente de uma transição para um modelo de crescimento mais sustentável e equitativo, requerendo reformulações nas políticas econômicas, sociais e ambientais para estabelecer um Estado de bem-estar chinês.

No âmbito internacional, a China também passa por uma fase de transformação nas suas relações com o mundo, como observado por Cintra e Pinto (2017). Novos padrões emergem nas áreas financeiras, de investimentos, diplomáticas e de defesa, criando uma transição na posição global da China.

Nesse contexto, os investimentos globais da China assumem um papel de destaque, como discutido por Cintra e Pinto (2017). Através de uma abordagem abrangente, a China procura expandir sua influência econômica e política em escala global, investindo em setores estratégicos, tecnologia e infraestrutura em diferentes partes do mundo. No entanto, essa estratégia também desencadeou debates sobre as implicações geopolíticas, econômicas e sociais desses investimentos, uma vez que eles podem influenciar a dinâmica política, a soberania nacional e as relações de dependência. Dessa forma, os investimentos globais da China, conforme analisado por pelos autores, representam uma peça concludente na complexa trama das mudanças globais, desencadeando discussões sobre como as economias e as nações respondem a essa crescente presença chinesa, e como isso reconfigura os paradigmas da economia e da política mundial.

Os investimentos globais da China representam um fenômeno abrangente que reflete sua busca por uma posição proeminente na economia global. Esses investimentos são impulsionados pela ambição do país em desempenhar um papel central no cenário internacional. No entanto, esses esforços enfrentam desafios e críticas por parte da comunidade internacional. O impacto desses investimentos vai além das questões econômicas e se estende aos domínios político, social e cultural em nível global. Segundo Romero Wimer (2024), a evolução do capital imperialista não apenas gera mudanças econômicas, mas também desencadeia transformações em outros aspectos da sociedade. O autor destaca a relação entre a supremacia burguesa e a hegemonia estatal, enfatizando como a estruturação dependente resulta na subordinação dos países aos

Versão Final Homologada
29/04/2024 10:26

interesses das potências imperialistas. Além disso, o texto de Romero-Wimer e Fernández-Hellmund (2021) destaca como o desenvolvimento histórico do mercado mundial sob o sistema capitalista tem integrado os países dentro da lógica do capital, influenciando não apenas as decisões econômicas, mas também a configuração social e política de cada nação. Portanto, essas perspectivas enfatizam a complexidade e as múltiplas dimensões dos investimentos globais da China e como eles moldam as relações internacionais contemporâneas.

A estratégia de investimentos globais da China também é acompanhada pela busca de liderança em setores de alta tecnologia e inovação. Como apontado por Cintra e Pinto (2017), a China tem investido consideravelmente em pesquisa e desenvolvimento, buscando adquirir conhecimento e capacidades técnicas avançadas. Isso se reflete em áreas como inteligência artificial, tecnologia 5G, biotecnologia e energias renováveis, onde a China busca se posicionar como um líder global.

A China tem utilizado instrumentos como a Iniciativa *Belt and Road* (BRI) para fomentar seus investimentos globais, como destacado por Cintra e Pinto (2017). Essa iniciativa envolve a construção de uma rede de infraestrutura e conectividade que abrange várias regiões do mundo, criando oportunidades para investimentos e cooperação econômica. No entanto, essa estratégia também tem gerado debates sobre os impactos ambientais, econômicos e sociais desses projetos, especialmente em países receptores.

Outro aspecto importante é a interação entre a China e outros atores globais, incluindo potências ocidentais e países em desenvolvimento. A crescente influência econômica da China tem levado a uma reconfiguração das relações internacionais, como mencionado por Cintra e Pinto (2017). Isso pode ser observado em fóruns internacionais, negociações comerciais e alianças geopolíticas, onde a China assume uma posição mais central.

No entanto, como ressaltam Cintra e Pinto (2017), a trajetória da China é caracterizada por um processo contínuo de aprendizado e adaptação. Os desafios internos e externos que o país enfrenta moldam suas estratégias e políticas em evolução constante. O desenvolvimento econômico, político e social da China é um processo complexo e multifacetado, cujas implicações reverberam não apenas em sua própria sociedade, mas também em escala global.

Portanto, a visão abrangente dos investimentos globais da China, como discutido por Cintra e Pinto (2017), nos convida a examinar as transformações em curso no

Versão Final Homologada
29/04/2024 10:26

cenário internacional e a entender o papel dinâmico que a China desempenha nesse contexto. A ascensão da China não apenas molda a economia mundial, mas também desencadeia uma reavaliação das estratégias geopolíticas, das relações internacionais e das perspectivas futuras do sistema global.

A estratégia *Going Global*, representa uma das estratégias adotadas pelo Estado chinês para sua atuação internacional e a viabilização de projetos de desenvolvimento nacionais. Essa abordagem permitiu a inserção de empresas chinesas em setores estratégicos de outros países, ou seja, esta visa promover a internacionalização das empresas chinesas, expandir sua presença global e garantir acesso a recursos naturais e mercados externos. Essa estratégia envolve investimentos em diversos setores, como energia, infraestrutura, tecnologia, agronegócio e muito mais, em países ao redor do mundo. Ela é impulsionada por empresas estatais chinesas e privada, com apoio financeiro dos bancos estatais chineses.

Essa política oficial de saída de capitais, consolidada no XI Plano Quinquenal (2001- 2005), ganhou forma a partir de 2003, apresentando um crescimento contínuo nos investimentos chineses globalmente. Essa tendência ilustra a crescente influência da China nas relações econômicas internacionais, especialmente em setores estratégicos como o setor elétrico brasileiro (Silva, 2022). A China adota três principais vias para direcionar sua saída de capitais, conforme destacado por Silva (2022): a transferência de recursos por empresas chinesas, o Investimento Direto Estrangeiro (IDE) com suporte de bancos estatais e a concessão de créditos chineses a projetos estrangeiros. No cenário brasileiro, pode-se exemplificar essa abordagem através da aquisição de usinas hidrelétricas pela *Three Gorges*, que reflete essa crescente demanda por produtos e serviços especializados chineses.

O setor energético brasileiro tem atraído investimentos chineses significativos nas últimas décadas. A China busca segurança energética e acesso a recursos naturais, e o Brasil oferece um mercado atraente com vastos recursos naturais, como petróleo, gás e energia hidrelétrica. A entrada das empresas chinesas nesse setor envolve parcerias, aquisições de ativos e investimentos em projetos de infraestrutura, como usinas hidrelétricas e eólicas. Isso também é impulsionado pela demanda crescente por energia no Brasil e pela busca da China por diversificação de suas fontes de suprimento.

A execução dos projetos em geral é resultado de negociações diretas entre os governos dos países beneficiários e as empresas de construção, frequentemente acompanhadas de acordos governamentais ou processos de concorrência. Após a

Versão Final Homologada
29/04/2024 10:26

adjudicação das obras, as empresas de construção negociam o financiamento com os bancos chineses (MORA, 2024).

Em relação ao modelo que seguem os investimos energéticos chineses no Brasil, diversos são os fatores a serem considerados em nossa análise. Para que ocorresse esse investimento na região, alguns elementos foram cruciais, tais como: i) políticas de internacionalização chinesas, ii) medidas regulatórias favoráveis, iii) papel dos bancos públicos chineses, iv) motivações econômicas e v) motivações de cunho geopolítico. A seguir, serão discutidos cada um desses fatores.

O primeiro fator consiste nas políticas de internacionalização da China, iniciadas com o programa 'Going out' no final dos anos 1990 e que representaram uma mudança significativa na abordagem do país em relação aos investimentos estrangeiros e à expansão global de suas empresas. Essa iniciativa refletiu a crescente ambição da China em se tornar uma potência econômica e comercial de escala global. O programa 'Going out' incentivou ativamente empresas chinesas a explorarem oportunidades além das fronteiras nacionais, buscando acesso a novos mercados, recursos e tecnologias. Isso foi impulsionado pela necessidade de diversificação econômica e pelo desejo de aumentar a competitividade global das empresas chinesas (GARCIA, 2020).

A internacionalização das empresas chinesas foi facilitada por uma série de medidas governamentais, incluindo políticas de apoio financeiro, redução de barreiras burocráticas e incentivos fiscais. Além disso, o governo chinês desempenhou um papel ativo na promoção de parcerias estratégicas e na facilitação de acordos comerciais bilaterais e multilaterais. Essa política não se limitou apenas a grandes empresas estatais, mas também incluiu o apoio a empresas privadas e de médio porte, incentivando a diversificação dos setores de investimento e a internacionalização de diferentes indústrias. Ao longo dos anos, o programa *'Going out'* demonstrou ser bem-sucedido, resultando em um aumento significativo dos investimentos chineses no exterior e na expansão da presença global das empresas chinesas em uma variedade de setores, incluindo energia, infraestrutura, manufatura, tecnologia e serviços (GARCIA, 2020).

No contexto específico dos investimentos energéticos chineses no Brasil, as políticas de internacionalização desempenharam um papel inegável ao incentivar empresas chinesas a participarem ativamente do mercado brasileiro de energia, buscando oportunidades de investimento e cooperação em projetos de grande escala.

Versão Final Homologada
29/04/2024 10:26

O segundo fator consiste nas medidas regulatórias favoráveis adotadas desde 2004. Estas medidas desempenharam um papel imperativo no apoio aos projetos internacionais das empresas chinesas, especialmente no que diz respeito às aquisições no exterior. Essas medidas representaram uma mudança significativa no ambiente regulatório e facilitaram o processo de expansão global das empresas chinesas de diversas maneiras (GARCIA, 2020).

Ao permitir aquisições no exterior sem a necessidade de aprovação prévia do governo, as empresas chinesas ganharam maior agilidade e flexibilidade para buscar oportunidades de investimento em todo o mundo. Isso reduziu significativamente a burocracia e os obstáculos regulatórios que poderiam impedir ou atrasar os planos de expansão internacional das empresas (MORA, 2024). Essas medidas também refletiram a crescente confiança do governo chinês na capacidade das empresas do país de competir globalmente e contribuir para o desenvolvimento econômico nacional. Ao remover barreiras regulatórias, o governo demonstrou seu compromisso em promover o crescimento das empresas chinesas no mercado internacional e fortalecer sua presença global (GARCIA, 2020).

O terceiro fator, o apoio dos bancos chineses, em especial do Banco de Desenvolvimento da China (CDB) e do *Export-Import Bank of China (Exim Bank)*, desempenhou um papel fundamental no financiamento de projetos de desenvolvimento, incluindo aqueles relacionados ao setor energético. O Banco de Desenvolvimento da China (CDB) foi estabelecido com o objetivo de fornecer financiamento de médio e longo prazo para apoiar as estratégias de desenvolvimento econômico e social da China. Sua atuação se estende além das fronteiras chinesas, fornecendo suporte financeiro para projetos em outros países, como é o caso do Brasil (GARCIA, 2020).

O *Export-Import Bank of China (Exim Bank)* complementa o CDB ao concentrar-se especificamente em fornecer linhas de crédito para apoiar a exportação de bens e serviços chineses, além de investimentos em infraestrutura e desenvolvimento em outros países. No contexto dos investimentos chineses no Brasil, o apoio financeiro do CDB e do Exim Bank foi essencial para viabilizar esses novos investimentos e aquisições de infraestrutura em outros países. Esses bancos ofereceram financiamento de longo prazo e em larga escala, muitas vezes com condições favoráveis, tornando os projetos mais atrativos para os investidores chineses (GARCIA, 2020).

As motivações econômicas diversas por trás dos investimentos chineses no Brasil são o quarto fator, e possuem tanto um componente estratégico quanto um

Versão Final Homologada
29/04/2024 10:26

financeiro. O componente financeiro deles está associado a estratégia da China de diversificar seus ativos internacionais, de forma não deter apenas reservas internacionais (que possuem elevada liquidez, mas baixa rentabilidade), mas também ativos físicos na forma de investimentos externos diretos, (que possuem baixa liquidez, mas tem uma rentabilidade mais elevada). Portanto, a busca por lucratividade é um elemento que influencia essa estratégia de investimentos chineses no Brasil, uma vez que país oferece um ambiente propício para investimentos em diversos setores, incluindo energia, infraestrutura e manufatura, onde empresas chinesas podem obter uma rentabilidade significativa (GARCIA, 2020).

O segundo componente está ligado ao objetivo de garantir estabilidade nos suprimentos de energia e matérias primas. O Brasil possui uma rica base de recursos naturais, incluindo energia e commodities, o que atrai investimentos chineses interessados em garantir um fornecimento estável desses recursos para o país asiático. Essa estabilidade é essencial para o crescimento econômico contínuo e a segurança energética da China.

Além desses motivos econômicos, podemos destacar ainda um quinto fator que contribui para explicar as motivações dos investimentos chineses no Brasil, qual seja, o de fortalecer os laços econômicos e diplomáticos entre os dois países, bem como expandir a influência geopolítica da China na região e no cenário internacional. A China busca fortalecer seus laços econômicos com o Brasil como parte de sua estratégia global de ampliar sua presença em mercados-chave ao redor do mundo. O estabelecimento de parcerias sólidas com o Brasil não apenas beneficia ambos os países em termos de comércio e investimento, mas também promove a estabilidade econômica e política na região. Os investimentos chineses no Brasil têm um impacto significativo nas relações geopolíticas da região, permitindo que a China amplie sua influência e presença em um país estrategicamente importante na América Latina. Ao investir em projetos de infraestrutura e energia, a China não apenas fortalece sua posição econômica, mas também ganha influência política na região, o que pode afetar as dinâmicas geopolíticas mais amplas. Além disso, os investimentos chineses no Brasil também podem ser vistos como parte de uma estratégia de cooperação internacional mais ampla. Ao contribuir para o desenvolvimento econômico do Brasil, a China não apenas promove seus próprios interesses, mas também se posiciona como um parceiro confiável e cooperativo em nível internacional, o que pode melhorar sua imagem e reputação globalmente.

Versão Final Homologada
29/04/2024 10:26

A análise de Mora (2024) salienta que os interesses financeiros desempenham um papel fundamental no avanço das estratégias energéticas chinesas. Os bancos estatais, que financiam projetos por meio de emissões de títulos no mercado atacadista, dependem fortemente de empréstimos para gerar receita. Por conseguinte, a avaliação de indicadores financeiros e técnicos, como lucratividade e capacidade de reembolso da dívida, desempenha um papel preciso na concessão de empréstimos pelo Banco de Desenvolvimento da China (BDC) para projetos de energia.

A liderança chinesa no setor de energia elétrica é reforçada por um apoio financeiro substancial, frequentemente proveniente de empréstimos preferenciais concedidos por bancos estatais. Mora (2024) destaca que, no cenário atual, o Banco de Desenvolvimento da China (CDB) e o Banco de Exportação e Importação da China (Eximbank) emergem como os principais financiadores de projetos elétricos em nível global. Além disso, bancos multilaterais como o Fundo da Rota da Seda e o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura têm desempenhado um papel significativo no financiamento da expansão do setor de energia elétrica. Essa combinação de recursos financeiros consolida a China como um ator proeminente no campo da energia elétrica.

Portanto, ao explorar a estratégia de *Going Global*, a interação entre os investimentos chineses e o setor energético brasileiro, bem como a dinâmica da execução de projetos, fica evidente que a China estabeleceu uma abordagem multifacetada para expandir sua influência econômica global e se consolidar como um importante ator no cenário internacional, particularmente no campo da energia elétrica.

2.3) Redes de Transmissão Elétrica Mundial

De acordo com Silva (2022), o projeto *Global Energy Interconnection*, proposto pela China em 2015, apresenta uma ambição marcante: resolver a questão da imprevisibilidade das fontes de energia renovável, como solar, eólica e hídrica, por meio da criação de uma rede global de transmissão. Essa visão é respaldada por duas tecnologias inovadoras lideradas pela China: a transmissão eficiente de grandes volumes de energia a longas distâncias, exemplificada pelo linhão de Ultra Alta Tensão da *State Grid*; e a administração da rede por meio de Inteligência Artificial para otimização.

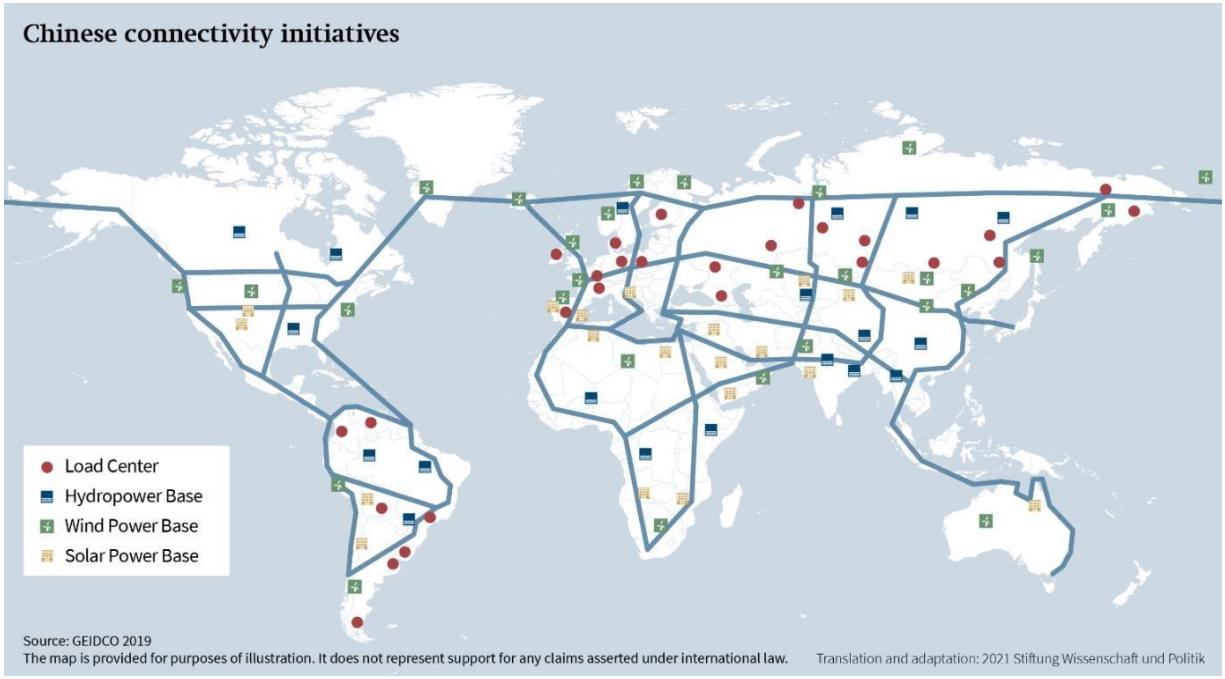
A relevância desse projeto é destacada por Kynge e Hornby (2018), apontando que o presidente Xi Jinping o classificou como uma "estratégia nacional". Entre 2013 e 2018, cerca de US$102 bilhões foram investidos globalmente em aproximadamente 83 projetos de infraestrutura de transmissão de energia, conforme evidenciado por Silva

Versão Final Homologada
29/04/2024 10:26

(2022). A China busca a consolidação de sua liderança tecnológica nesse setor, assegurando que as empresas chinesas sejam as principais executoras e financiadoras desses empreendimentos.

Estas redes não são meramente linhas de condução de eletricidade; são artérias vitais de estabilidade e sustentabilidade energética em escala mundial. Elas não apenas facilitam o comércio eficiente de energia entre nações, otimizando a utilização de recursos, mas também desempenham um papel fundamental na integração de fontes renováveis. Aproveitam as variações climáticas de forma inteligente, impulsionando a transição para energias mais limpas e sustentáveis. A Figura 4 mostra um mapa com essas redes de iniciativas chinesas de conectividade globais.

Figura 4: Projeto Global Energy Interconnection



Fonte: Retirado de Westphal, Pastukhova e Pepe (2022)

Além disso, as redes de transmissão elétrica global aprimoram significativamente a segurança energética. Ao possibilitar a diversificação das fontes de energia, reduzem a dependência de um único recurso ou região, fortalecendo a resiliência das nações diante dos desafios energéticos. Assim, a interconexão global das redes de transmissão elétrica não é apenas uma infraestrutura técnica; é uma visão holística, uma abordagem que não apenas une nações, mas também molda o futuro da energia, promovendo uma sustentabilidade que reverbera em todo o mundo.

Versão Final Homologada
29/04/2024 10:26

Entendendo a importância da interconexão global das redes de transmissão elétrica, compreende-se como esta está intrinsecamente ligada a temas complexos como dependência, subordinação estatal brasileira, associação subordinada da burguesia brasileira, concentração capitalista, expansão global, assimetria econômica e intercâmbio desigual. A interconexão global das redes elétricas pode criar uma dependência do Brasil em relação às nações mais poderosas economicamente, no caso a China, visto que, os investimentos chineses em linhas de transmissão podem tornar o território brasileiro mais dependente das tecnologias e infraestruturas chinesas. Levando a uma maior subordinação estatal, onde as políticas e regulamentações podem ser influenciadas pelo poder econômico chinês, afetando a autonomia e a soberania do Brasil em relação às suas redes de transmissão de energia.

As empresas brasileiras envolvidas nas linhas de transmissão financiadas pela China podem encontrar-se em uma posição subordinada em relação às corporações chinesas. Isso se deve a uma série de fatores que colocam as empresas brasileiras em desvantagem competitiva e de poder de negociação. Em primeiro lugar, as empresas chinesas muitas vezes detêm o controle majoritário ou uma parte significativa das ações nos projetos. Essa participação acionária dá às empresas chinesas o poder de tomar decisões cruciais sobre a operação e a gestão dos projetos, enquanto as empresas brasileiras têm uma influência limitada nas decisões estratégicas.

As empresas chinesas costumam trazer tecnologia avançada *e know-how* para os projetos, o que pode resultar numa dependência tecnológica das empresas brasileiras. Essas últimas podem precisar confiar nas tecnologias fornecidas pelas empresas chinesas, o que coloca as empresas brasileiras numa posição subordinada em termos de inovação e desenvolvimento tecnológico. Além disso, as empresas chinesas geralmente têm uma vasta rede global de fornecedores, o que pode deixar as empresas brasileiras numa posição subordinada na cadeia de suprimentos, deixando-as com menos oportunidades de negociação em termos de preço e qualidade dos materiais, o que pode afetar sua competitividade e rentabilidade.

Outro fator que contribui para a subordinação das empresas brasileiras é o acesso privilegiado das empresas chinesas a recursos financeiros. Com linhas de crédito e financiamentos favoráveis de bancos estatais chineses, as empresas chinesas podem financiar projetos de maneira mais acessível do que as empresas brasileiras, criando uma desigualdade na capacidade de financiamento e investimento. Adicionalmente, as empresas chinesas muitas vezes pressionam para que as regulamentações e normas

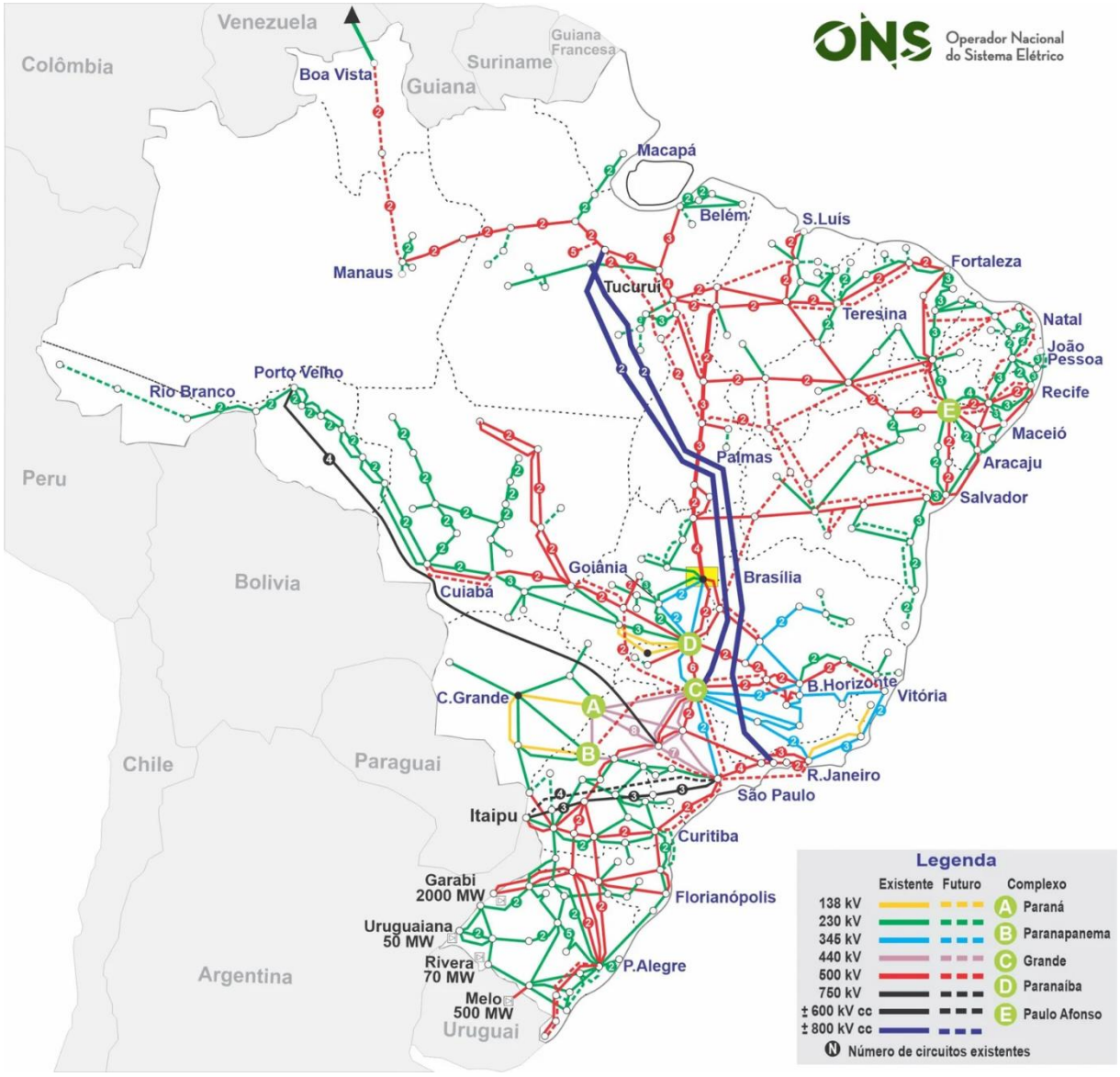
Versão Final Homologada
29/04/2024 10:26

adotadas nos projetos estejam alinhadas com os padrões chineses. Isso pode criar desafios para as empresas brasileiras, especialmente se essas normas diferirem substancialmente das práticas e regulamentações locais, resultando em obstáculos adicionais para sua operação eficiente e eficaz nos projetos financiados pela China. Essa complexa dinâmica coloca as empresas brasileiras numa posição de subordinação em relação às empresas chinesas em projetos de linhas de transmissão.

Seguindo a mesma lógica, os investimentos chineses nas linhas de transmissão podem aumentar a concentração de capital, tanto no Brasil quanto na China, aprofundando a assimetria econômica entre esses países. Grandes empresas chinesas podem dominar o mercado de transmissão no Brasil, resultando em uma maior disparidade de poder econômico entre as nações. Para mais, os investimentos pesados da China nas linhas de transmissão podem intensificar o intercâmbio desigual entre os dois países. Enquanto a China pode se beneficiar economicamente e tecnologicamente, o Brasil pode enfrentar desafios em termos de proteção dos interesses nacionais, resultando em um desequilíbrio nas relações bilaterais. A Figura 5 mostra as linhas de transmissão que conectam a usina hidrelétrica de Belo Monte à região Sudeste construídas pela empresa *State Grid em azul escuro.*

Versão Final Homologada
29/04/2024 10:26

Figura 5: Sistema de Transmissão de Energia Elétrica



Fonte: Associação Brasileira das Empresas de Transmissão de Energia Elétrica (2024)

De maneira sucinta, os investimentos chineses nas linhas de transmissão com o Brasil não apenas impactam o setor elétrico, mas também têm implicações profundas nas dinâmicas de poder, na economia e na política de ambos os países. É fundamental que o Brasil esteja atento a essas implicações e busque estratégias que promovam uma relação mais equitativa e benéfica no contexto desses investimentos.

O Brasil se destaca como um notável exemplo desse avanço tecnológico, com a bem-sucedida implementação da tecnologia de transmissão chinesa, conforme

Versão Final Homologada
29/04/2024 10:26

mencionado por Kynge e Hornby (2018) e Silva (2022). No entanto, é claro reconhecer que, apesar desses progressos significativos, subjazem possíveis ameaças. A aceitação desses investimentos pode desencadear riscos de *cross-default*, um termo que se refere a uma cláusula presente em contratos financeiros, como empréstimos, títulos de dívida e outros instrumentos de financiamento. Essa cláusula indica que um evento de inadimplência em um acordo específico pode ser considerado como um evento de inadimplência em outros acordos financeiros do mesmo devedor.

Em termos simples, se uma parte não cumprir suas obrigações estabelecidas em um contrato, isso pode ser interpretado como um sinal de risco financeiro. Como resultado, outras partes que possuam acordos financeiros com a mesma partem inadimplente podem adotar medidas semelhantes para proteger seus próprios interesses. Essas medidas podem incluir a exigência de pagamento imediato da dívida ou a ativação de outras ações de execução ou penalização. A cláusula *cross-default* é formulada com o objetivo de salvaguardar os credores e investidores, assegurando que problemas financeiros em uma parte não repercutam negativamente em todos os acordos financeiros associados a essa parte (Silva, 2022).

No entanto, por outro lado, para o devedor, essa cláusula pode aumentar a pressão para manter seus pagamentos e obrigações em dia, já que a inadimplência em um contrato pode desencadear uma série de eventos prejudiciais em diversos contratos simultaneamente. Ao aceitar investimentos sob tais condições, os países podem se ver limitados em seu controle sobre os recursos e nas consequências econômicas. Além disso, a imposição de rigorosas normas contratuais pode ter sérias implicações ambientais para aqueles que não conseguirem cumprir os compromissos acordados (Silva, 2022).

Tais implicações ambientais podem incluir a degradação ambiental resultante de atrasos ou interrupções nos projetos, poluição do ar, água e solo devido à falta de conformidade com regulamentos rigorosos, perda de biodiversidade, escassez de recursos hídricos devido à não observância de medidas de sustentabilidade, contribuição para mudanças climáticas devido à negligência nas emissões de gases de efeito estufa e consequências socioeconômicas adversas, como deslocamento de comunidades locais e impactos econômicos negativos. Portanto, é imperativo que todas as partes envolvidas cumpram estritamente as normas contratuais para minimizar os impactos negativos sobre o meio ambiente e as comunidades locais. Os empreendimentos como o *Global Energy Interconnection* representam avanços significativos no cenário energético

Versão Final Homologada
29/04/2024 10:26

mundial, bem como no Brasil. Porém, é fundamental manter uma perspectiva abrangente, lembrando que a aceitação desses projetos pode trazer riscos latentes para os países envolvidos, incluindo desafios econômicos e ambientais, além da possível perda de controle sobre recursos essenciais.

2.4) Razões pelas quais a China começou a investir no Brasil, especialmente no setor energético

O governo chinês lançou o programa *Going out* no final dos anos 1990, incentivando empresas estatais e privadas a se envolverem internacionalmente. A partir de 2004, houve medidas regulatórias para flexibilizar e facilitar os projetos internacionais das empresas chinesas, como a possibilidade de aquisições no exterior sem aprovação prévia do governo para empresas sem financiamento oficial. No entanto, em 2016, o governo chinês adotou regulamentações mais rígidas, resultando na redução do Investimento Estrangeiro Direto (IED) chinês em 2017, conforme apontado pela UNCTAD (GARCIA, 2020).

Os investimentos chineses são apoiados por bancos comerciais, de desenvolvimento e seguradoras, com destaque para o papel fundamental do Banco de Desenvolvimento da China (CDB) e seu braço *Exim* (uma linha de financiamento à produção de bens e serviços destinados à exportação). O CDB foi criado em 1994 com o objetivo de fornecer financiamento de médio e longo prazo associado às estratégias de desenvolvimento econômico e social da China. Sua atuação é terminante para os investimentos chineses em países como Brasil especialmente em projetos de infraestrutura e energia (GARCIA, 2020).

Segundo o artigo escrito por Ana Saggioro Garcia (2020), entre as motivações e metas do governo chinês e das multinacionais do país para investir no exterior estão o aumento das reservas externas e do valor agregado aos investimentos, a garantia da estabilidade nos custos e no fornecimento de energia, commodities e alimentos. Além disso, busca-se encontrar uma alocação lucrativa para a sobre acumulação resultante da capacidade industrial doméstica excedente, expandir redes de mercado e encontrar oportunidades em setores intensivos em tecnologia. Também é cada vez mais importante promover a internacionalização do yuan, a moeda chinesa. Esses investimentos representam uma combinação de interesses comerciais e lucrativos das empresas multinacionais individuais, objetivos econômicos, industriais e financeiros, bem como metas de política externa do governo chinês.

Versão Final Homologada
29/04/2024 10:26

De acordo com Jaguaribe, a China é considerada uma economia de mercado guiada pelo Estado. Tanto empresas públicas quanto privadas seguem uma lógica corporativa, buscando aumentar os retornos dos investimentos no exterior. No entanto, ambas estão direcionadas e condicionadas pelas políticas e estratégias do governo chinês, indicando que o governo exerce controle sobre as empresas privadas, independentemente de sua participação nelas. Apesar de ser uma economia altamente globalizada, as prioridades políticas da China, sua motivação política e sua energia ainda estão amplamente focadas em seu modelo de crescimento interno (GARCIA, 2020).

Os investimentos chineses no exterior têm diferentes focos em diferentes regiões. Na América Latina, África, Austrália e Ásia, o foco está nos setores de energia, recursos naturais e infraestruturas relacionadas. Enquanto isso, nos Estados Unidos e na Europa, os investimentos são destinados a serviços, telecomunicações, mídia e manufatura avançada (GARCIA, 2020).

Segundo Aguilera (2021),

> "[a] China se destaca na geopolítica energética global porque progressivamente consolidou-se como o maior consumidor de energia do mundo (desde 2009), consumindo atualmente perto de um 49% mais de energia primária que os EUA (2019)." (p. 6).

Portanto, os investimentos diretos chineses em outros países são motivados para garantir o fornecimento de energia. Diante disso, a China

> "(...) se tornou uma das maiores investidoras globais em energia, incluindo a aquisição de reservas de recursos energéticos tradicionais, até investimentos na expansão da geração de energia de fontes renováveis e na infraestrutura para a distribuição de eletricidade, tanto na Argentina como no Brasil." (AGUILERA, 2021, p. 6)

Mora (2024) discute os investimentos chineses na região. Segundo a autora, os investimentos chineses no Brasil são impulsionados, em parte, pela busca de oportunidades de investimento no exterior que ampliem os lucros das empresas chinesas

Versão Final Homologada
29/04/2024 10:26

diante da saturação do mercado interno. Essa dinâmica torna o potencial energético do Brasil altamente atrativo para as empresas chinesas.

Os objetivos políticos também impulsionam a internacionalização das atividades chinesas no setor de energia elétrica. A China percebe a importância da energia hidroelétrica não apenas para seu desenvolvimento interno, mas também para alcançar suas metas de redução da poluição e emissões relacionadas ao carvão. Ainda de acordo com a autora Mora (2024), o 14º Plano Quinquenal delineou a meta de construir um sistema de energia limpa, de baixo carbono, seguro e eficiente. Assim como no 13º Plano Quinquenal, a energia limpa permanece uma prioridade para atingir esses objetivos. Adicionalmente, a China incorpora a capacidade elétrica instalada em seus cálculos de redução de emissões conforme o Acordo de Paris. Essas ações refletem o compromisso da China com as mudanças climáticas e consolidam seu papel de liderança na cooperação para o desenvolvimento de infraestruturas em países do Sul, fortalecendo também suas relações de poder tecnológico e financeiro. O Brasil, por sua vez, encontra na cooperação sino-brasileira uma oportunidade de acelerar seu desenvolvimento e expandir sua presença no mercado global de energia.

De fronte a esse contexto em evolução, é importante reconhecer o papel catalisador que a China desempenha no cenário energético global. Como apontado por especialistas como Astrid (2021) e Campos Pinto (2023), a dinâmica das relações sino-brasileiras no setor energético continuará a moldar não apenas o futuro das relações bilaterais, mas também a configuração mais ampla da geopolítica energética mundial.

Portanto, as interações entre a China e o Brasil no âmbito energético transcendem questões meramente econômicas, englobando também considerações políticas, ambientais e estratégicas. Conforme essas nações colaboram e competem no cenário global, o futuro da energia e das relações internacionais ganha contornos cada vez mais complexos e interconectados.

2.5) Considerações parciais

As considerações parciais desse capítulo destacam a crescente influência dos investimentos chineses no setor energético brasileiro e as motivações por trás desse envolvimento estratégico. No contexto do setor de transmissão de energia, os investimentos chineses representam uma mudança significativa, não apenas no panorama elétrico, mas também nas relações políticas e econômicas entre Brasil e

Versão Final Homologada
29/04/2024 10:26

China. É fundamental que o Brasil esteja atento às implicações desses investimentos e adote estratégias que promovam uma relação equitativa e benéfica para ambas as partes.

A análise dos motivos pelos quais a China começou a investir no Brasil, especialmente no setor energético, revela uma complexa interseção de interesses políticos, econômicos e ambientais. Os investimentos chineses são impulsionados pela busca por fontes estáveis de energia e pela internacionalização das empresas chinesas, em linha com suas metas de crescimento econômico e redução da poluição. Para o Brasil, esses investimentos representam uma oportunidade de acelerar o desenvolvimento e expandir sua presença no mercado global de energia, mas também apresentam desafios em garantir uma parceria equilibrada e benéfica para ambos os países.

Em suma, as interações entre China e Brasil no âmbito energético refletem uma realidade geopolítica complexa e em constante evolução. A compreensão dessas dinâmicas e a adoção de abordagens estratégicas são essenciais para navegar nos desafios e oportunidades trazidos por esses investimentos e para moldar o futuro das relações sino-brasileiras no setor energético e além.

Versão Final Homologada
29/04/2024 10:26

Capítulo 3 - Desvendando os Investimentos Chineses no Brasil: Impactos, Estratégias e Desafios no Setor Energético

3.1) Introdução

Esse capítulo se destaca a significativa presença dos investimentos chineses no Brasil, principalmente nos setores de energia, petróleo, indústria, infraestrutura, agricultura e serviços financeiros. Entre 2000 e 2020, o Brasil emergiu como um destino central para os investimentos chineses na América do Sul, recebendo 48% do total desses investimentos na região. A China se tornou o principal parceiro comercial do Brasil, com investimentos diretos que se intensificaram ao longo dos anos, especialmente em setores estratégicos como energia e recursos naturais.

Os investimentos chineses entram no Brasil de várias maneiras, principalmente por meio de fusões, aquisições e joint ventures. O setor energético se destaca como o mais favorecido, especialmente nas áreas de eletricidade e extração de petróleo.

No entanto, esses investimentos não estão isentos de desafios e conflitos. Eles podem impactar adversamente o meio ambiente e as comunidades locais, criando disparidades econômicas e sociais. Além disso, a dependência excessiva de investimentos estrangeiros, especialmente da China, pode comprometer a soberania nacional e gerar tensões diplomáticas com outras nações.

Os investimentos chineses na América Latina e no Caribe também enfrentam críticas significativas devido aos impactos ambientais e sociais, bem como à falta de consulta e respeito às comunidades locais. No entanto, esses investimentos continuam a crescer, destacando a importância de uma regulamentação eficaz e padrões rigorosos para garantir que os benefícios sejam maximizados e os desafios mitigados.

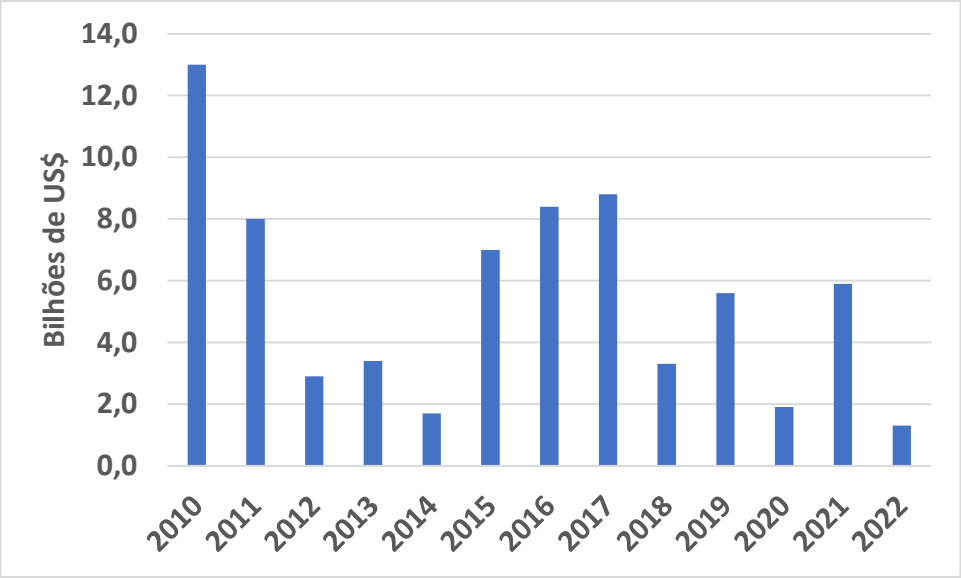
3.2) Composição do IED da China no Brasil, com Enfoque no Setor Energético.

A nível nacional, o Brasil emergiu como um destino central para os investimentos chineses no período de 2000 a 2020, abrangendo diversos setores da economia, como energia elétrica, petróleo, indústria, infraestrutura, agricultura e serviços financeiros (GARCIA, 2020). A presença da China no Brasil tem se intensificado através de várias abordagens, incluindo comércio, investimentos diretos estrangeiros e empréstimos. Nos últimos vinte anos, as relações bilaterais entre esses países foram principalmente orientadas para o comércio, com a China se tornando o

Versão Final Homologada
29/04/2024 10:26

principal parceiro comercial do Brasil. Recentemente, essa relação tem se aprofundado com investimentos diretos chineses, concentrados em setores como energia, infraestrutura, agricultura, manufatura, inovação tecnológica, tecnologia da informação e serviços. Além disso, tem havido um aumento nos financiamentos concedidos pela China a grupos brasileiros, através de diversos mecanismos. A partir de 2014, os investimentos chineses começaram a entrar de forma significativa no setor de energia (incluindo produção e transmissão de energia elétrica), agronegócio e infraestrutura (CEBC, 2017, p. 7-10; e GARCIA, 2020). A Figura 6 mostra os fluxos de investimentos diretos da China no Brasil desde 2010, enquanto a Figura 7 mostra os grupos de atividades econômicas para as quais esses investimentos foram direcionados, considerando o acumulado do período de 2007 a 2022.

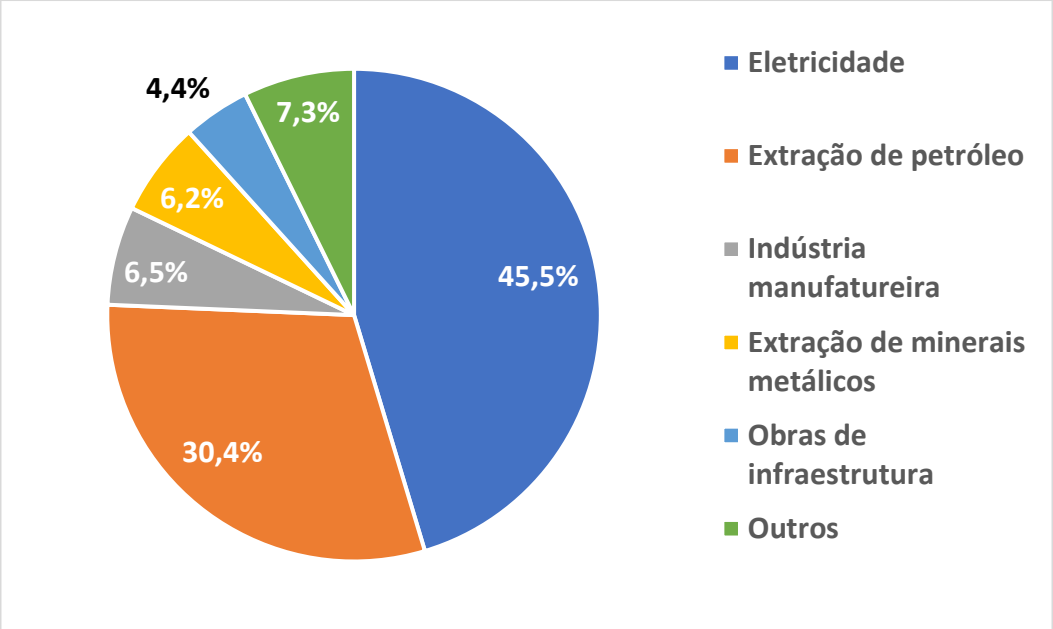
Figura 6: Investimentos externos diretos da China no Brasil



Fonte: CEBC (2023). Elaboração própria.

Versão Final Homologada
29/04/2024 10:26

Figura 7: Divisão dos investimentos chineses no Brasil por grupo de atividade econômica, de 2007 à 2022



Fonte: CEBC (2023). Elaboração própria.

Segundo o relatório da CEBC, o montante total de investimentos chineses no Brasil atingiu a marca de US$ 71,6 bilhões entre 2007 e 2022, totalizando 235 projetos que foram colocados em operação. Ainda segundo este relatório, em 2022, o Brasil foi o nono (9º) maior receptor de investimentos diretos da China, recebendo um total de US$ 1,3 bilhões. Analisando apenas os investimentos destinados à América do Sul, desde 2005, o Brasil recebeu 48% do total desses investimentos.

Um destaque relevante foi registrado em 2010, quando a China realizou aportes de US$ 13 bilhões no Brasil. Em 2019, marcado como o primeiro ano do governo Jair Bolsonaro, os investimentos chineses no país alcançaram a cifra de US$ 7,3 bilhões, evidenciando um aumento significativo de 117% em comparação com 2018. No entanto, em 2020, em meio à pandemia da Covid-19, os investimentos diminuíram substancialmente em 74%, totalizando US$ 1,9 bilhão, o que representou o menor valor desde 2014.

É notável que essa desaceleração nos investimentos não foi uma exceção isolada no cenário global, mas sim reflexo de um contexto internacional complexo, marcado por

Versão Final Homologada
29/04/2024 10:26

fatores como a pandemia do novo coronavírus e o aumento do nacionalismo em várias nações, conforme apontado no relatório.

Apesar de observar o impacto negativo nas relações políticas entre Brasília e Pequim devido às tensões aprofundadas entre o então presidente norte-americano Donald Trump e o governo do ex-presidente Bolsonaro em 2020, o estudo do CEBC descarta a ocorrência de um abalo nas relações econômicas. O documento destaca que o declínio nos investimentos pode ser interpretado mais como um arrefecimento nos fluxos de investimento global no exterior, que experimentaram uma queda de 35% em 2020, do que como resultado de desentendimentos políticos bilaterais. A pesquisa ressalta que a deterioração do ambiente político entre o Brasil e a China não parece ter afetado as relações econômicas entre as duas nações. Vale notar que desde 2010, a China tem alternado com os Estados Unidos a posição de principal investidor no Brasil, demonstrando o papel significativo desempenhado pelo país asiático nas dinâmicas de investimento no Brasil.

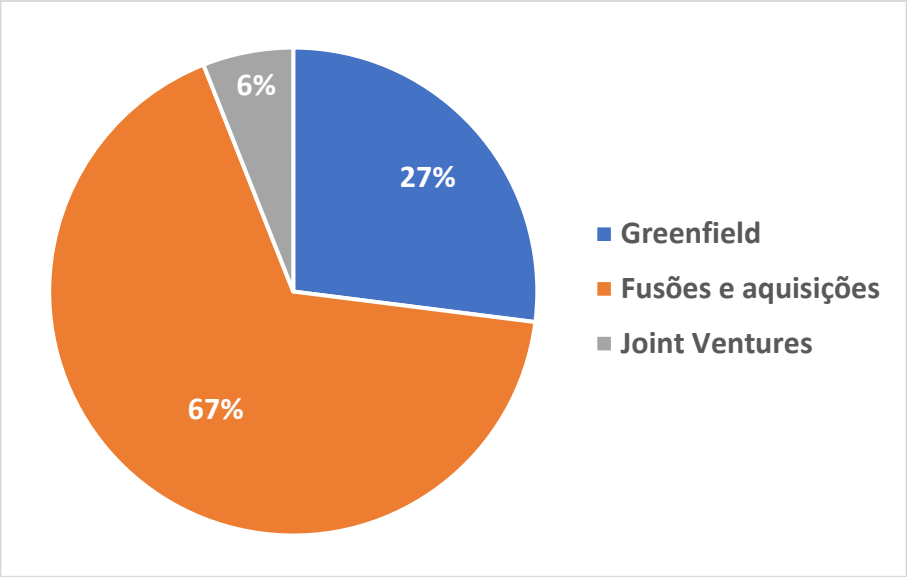
A análise da Figura 7 oferece uma perspectiva reveladora sobre o direcionamento dos investimentos no Brasil em meio a esse panorama. Com destaque para o montante total dos investimentos, é notável que 45,5% foram alocados no setor de eletricidade. Em seguida, vêm os setores de extração de petróleo (30,4%), indústria manufatureira (6,5%), extração de minerais metálicos (6,2%) e obras de infraestrutura (4,4%). Outros setores, em conjunto, representaram 7,3% dos investimentos. Essa distribuição de investimentos reflete a clara priorização conferida ao setor energético e à exploração de recursos naturais. Conforme ressaltado por Aguilera (2021, p. 85), essa focalização reforça a importância estratégica que a China concede aos setores energéticos e de exploração de recursos naturais.

Os investimentos chineses no Brasil apresentam uma forte preferência por fusões e aquisições (M&A) de empresas já estabelecidas, alcançando 73% do total, conforme ilustrado na Figura 8. Essa estratégia contrasta com os investimentos *greenfield*, que consistem na criação de novas unidades produtivas e representam apenas 27%. Essa concentração em M&A é uma característica marcante dos investimentos chineses em todo o mundo, e não apenas no Brasil (CEBC, 2017). A Figura 8 apresenta a distribuição dos investimentos chineses no Brasil entre M&A (67%) e joint ventures (6%). No texto original, "joint ventures" eram categorizadas como parte de "fusões e aquisições". Para garantir coerência com os dados da figura, a versão corrigida utiliza apenas a categoria "fusões e aquisições", somando os valores de M&A e joint ventures

Versão Final Homologada
29/04/2024 10:26

(67% + 6% = 73%). Essa concentração em M&A por parte dos investidores chineses levanta questões sobre seus impactos na economia brasileira. A aquisição de empresas já existentes pode gerar benefícios como acesso a novas tecnologias, know-how e mercados, mas também pode trazer desafios relacionados à integração cultural e à preservação de empregos.

Figura 8: Forma de ingresso dos investimentos externos diretos chineses no Brasil, de 2007 à 2022



Fonte: CEBC (2023). Elaboração própria.

Apesar da diversificação nos últimos anos, o setor que mais se destaca em termos de investimentos chineses é o energético. Em 2015, 73% dos investimentos se destinavam a esse setor. Isso se deve à grande demanda por recursos naturais para atender às necessidades da indústria chinesa. As áreas petroquímicas foram particularmente focadas, com 66% dos investimentos em energia sendo direcionados para esse setor, totalizando US$ 18,250 bilhões. As empresas chinesas mostraram interesse nas áreas do Pré-sal, tanto na extração como na expertise tecnológica consolidada pela Petrobras nessa área. Entre 2010 e 2016, 79 empresas chinesas demonstraram interesse no Brasil, sendo que 53 delas estabeleceram presença no país, enquanto outras 12 não obtiveram sucesso (KUPFER e ROCHA, 2018, p. 217; GARCIA, 2020)

Conforme analisado por Beatriz Da Silva Camargo (2023), a busca da China por produtos primários e a disponibilidade abundante dos mesmos no território brasileiro

Versão Final Homologada
29/04/2024 10:26

levaram à consolidação da República Popular da China como o maior parceiro comercial do Brasil, superando os Estados Unidos em soma de exportações e importações. Esse movimento, impulsionado também pela crise financeira, resultou em uma mudança significativa na dinâmica das relações econômicas entre os dois países, como evidenciado por Silva (2023).

Quanto aos investimentos diretos estrangeiros (IDE) chineses, Pinto (2023) observa uma transformação notável nas relações bilaterais. O autor ressalta o papel das empresas estatais chinesas, especialmente as sediadas em Beijing, que desempenharam um papel expressivo nos IDE na América Latina e Caribe.

Segundo a análise feita por Garcia (2020), a aproximação entre China e Brasil se evidencia nos financiamentos realizados pelo país asiático, focados principalmente nos setores de energia e infraestrutura. Segundo dados da CEPAL (2018), entre 2005 e 2016, os empréstimos chineses para países da América Latina totalizaram US$ 141 bilhões, com 80% desse valor proveniente do Banco de Desenvolvimento da China. Venezuela, Brasil, Equador e Argentina foram os países que mais se beneficiaram, sendo que o Brasil recebeu 26% do financiamento total chinês destinado à região (CEPAL, 2018). Uma modalidade notável foi o "*loan-for-oil*", em que os pagamentos eram feitos por meio de barris de petróleo, totalizando US$ 74 bilhões em empréstimos para a América Latina e o Caribe em quatro anos (GARCIA, 2020).

Garcia (2020) menciona um levantamento feito pela CEPAL, o qual analisa o aumento significativo nos fluxos de financiamento para a América Latina, que fazem parte da estratégia chinesa de diversificar as moedas utilizadas pelos países da região, visando promover o uso internacional do *renminbi*, a moeda chinesa. Essa estratégia também apoia as empresas chinesas que investem na região, especialmente no setor de recursos naturais (CEPAL, 2018) (GARCIA, 2020).

A Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX-Brasil) destaca que os investidores chineses preferem reduzir os riscos por meio de parcerias com empresas já estabelecidas no Brasil. A APEX-Brasil enfatiza a importância de o Brasil desenvolver políticas públicas proativas, aprendendo com a experiência chinesa de atrair investimentos, que priorizou parcerias entre empresas estrangeiras e locais (APEX, 2012, p. 45). É relevante mencionar que a política externa do governo Luiz Inácio Lula da Silva buscou novos mercados e parcerias empresariais, fortalecendo a APEX-Brasil com aumento de orçamento e pessoal, além de expandir o

Versão Final Homologada
29/04/2024 10:26

crédito para exportações de produtos e serviços por meio do BNDES (Pautasso e Doria, 2016) (GARCIA, 2020).

Conforme mencionado por Aguilera (2021, p. 84), que se baseou em Kerr-Oliveira (2012), a capacidade do Estado de articular financiamento, investimento e oferta tecnológica por meio de bens de capital é de vital importância para sustentar uma Estratégia Energética em termos de soberania e segurança. Kerr-Oliveira (2012) ressalta que a dependência do financiamento e investimento externos figura como um dos principais obstáculos para atingir um grau mais elevado de autonomia nas tomadas de decisões no âmbito energético.

Isso destaca a importância fundamental de levar em conta não somente a presença de capital estrangeiro, incluindo não apenas o Investimento Direto Estrangeiro (IDE), mas todas as suas manifestações jurídicas reconhecidas. A necessidade de focalizar essa presença é particularmente relevante no setor energético, dada sua significativa importância estratégica. Isso ocorre porque é por meio dessa ligação econômica e financeira que se exerce um controle eficaz sobre os recursos energéticos de uma nação Aguilera (2021, p. 85).

As Tabelas 1 e 2 destacam a influência marcante da China na região, evidenciando suas diversas estratégias, que abrangem desde empréstimos para projetos de infraestrutura até parcerias público-privadas, fusões, aquisições e joint ventures (uma forma de parceria empresarial em que duas ou mais empresas colaboram em um projeto específico, compartilhando recursos, riscos, investimentos e conhecimentos). Nesse arranjo, as empresas parceiras mantêm suas identidades e operações independentes, mas trabalham em conjunto para alcançar objetivos comuns, inclusive com empresas locais, como parte desse movimento.

Instituições chinesas também se envolveram em leilões relacionados a essas fontes de energia, oferecendo financiamentos para a expansão de infraestruturas, IDE, empréstimos, além do fornecimento de equipamentos e tecnologia. Elas demonstraram interesse ao adquirir participações em novos empreendimentos e projetos em andamento, abrangendo tanto a produção quanto a distribuição de eletricidade, por meio de várias formas jurídicas, como parcerias público-privadas, além de atuarem no desenvolvimento de novos projetos. A Comissão também aprovou a criação de redes de distribuição de energia elétrica, empregando diferentes formas jurídicas, que englobam parcerias público-privadas, fusões, aquisições e empresas conjuntas. (Aguilera, 2021, p. 146).

Versão Final Homologada
29/04/2024 10:26

A Tabela 1 mostra as principais empresas chinesas que investiram no setor energético brasileiro entre 2011 e 2018, os valores desses investimentos e o percentual de participação das transações.

Tabela 1: Investimento Direto Externo da China no setor elétrico brasileiro, por principais empresas, de 2011 à 2018

Empresa	Valor dos investimentos (Bilhões de US$)	Participação
State Grid	25,3	50,4%
Sinopec	9,6	19,1%
Three Gorges	7,8	15,5%
Demais empresas	7,5	15,0%
Total	**50,2**	

Fonte: (GARCIA, 2020). *Elaboração própria*

A tabela 2 mostra os valores investidos nos subsetores energéticos pelas empresas chinesas no Brasil e sua participação. Embora em muitos casos o subsetor não esteja especificado, podemos verificar que a maior parte dos investimentos se concentra nos subsetores de petróleo, hidroelétrica e linhas de transmissão. Investimentos em outras fontes de energias renováveis, como energia eólica e solar, apresentam uma baixa participação nos investimentos nesse setor.

Versão Final Homologada
29/04/2024 10:26

Tabela 2: Investimento Direto Externo da China no setor elétrico brasileiro, por subsetor, de 2011 à 2018

Subsetor	Valor dos investimentos (Bilhões de US$)	Participação
Petróleo	17,7	35,4%
Hidroelétrica	8,1	16,1%
Linhas de transmissão	4,7	9,3%
Termoelétricca	1,0	2,0%
Eólica	0,6	1,3%
Solar	0,2	0,3%
Não especificado	17,9	35,7%
Total	**50,2**	

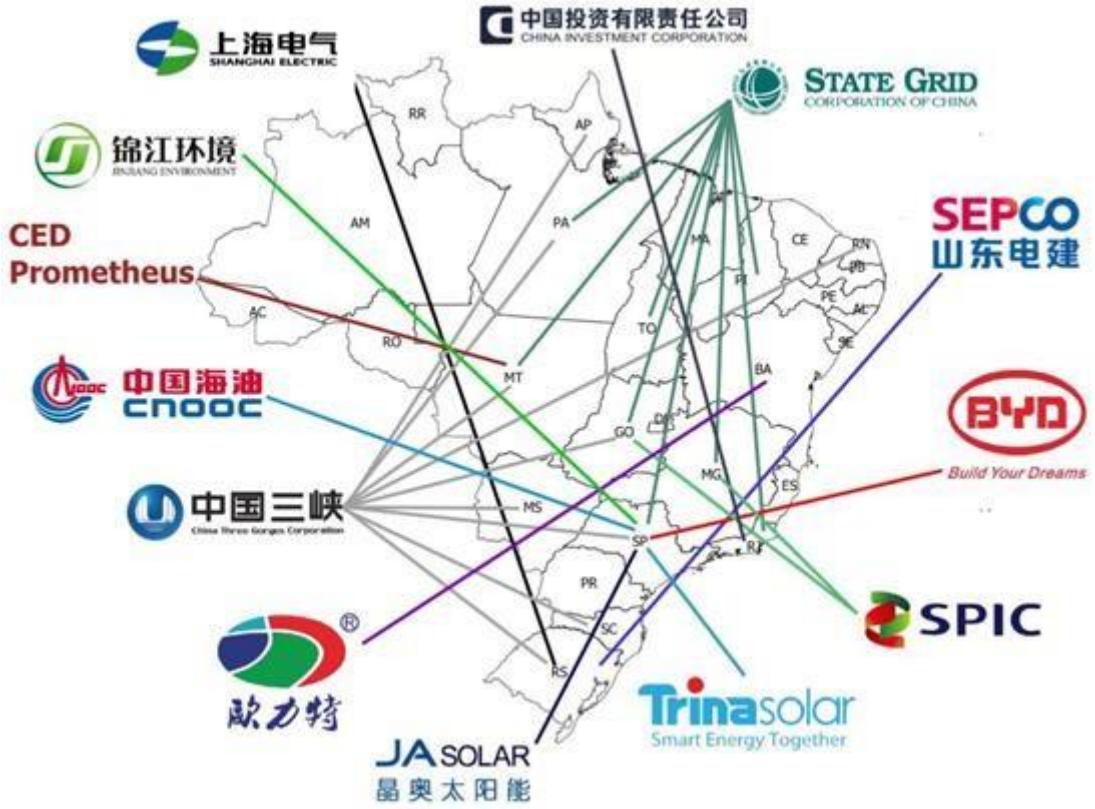
Fonte: (GARCIA, 2020). *Elaboração própria*

Segundo os dados do relatório da revista *ActionAid Brasil* com analise da Ana Gacia (2021), é comum esses investimentos ocorrerem em colaboração com empresas brasileiras estabelecidas, como Eletrobrás e Copel, ilustrando que parece haver um padrão dos investimentos Chineses serem feitos de acordo com essa estratégia.

A Figura 9 mostra a distribuição geográfica das empresas chinesas no setor de energia brasileiro, refletindo que esses investimentos estão distribuídos em grande parte do território nacional.

Versão Final Homologada
29/04/2024 10:26

Figura 9: Principais Empresas de Energia Chinesa no Brasil



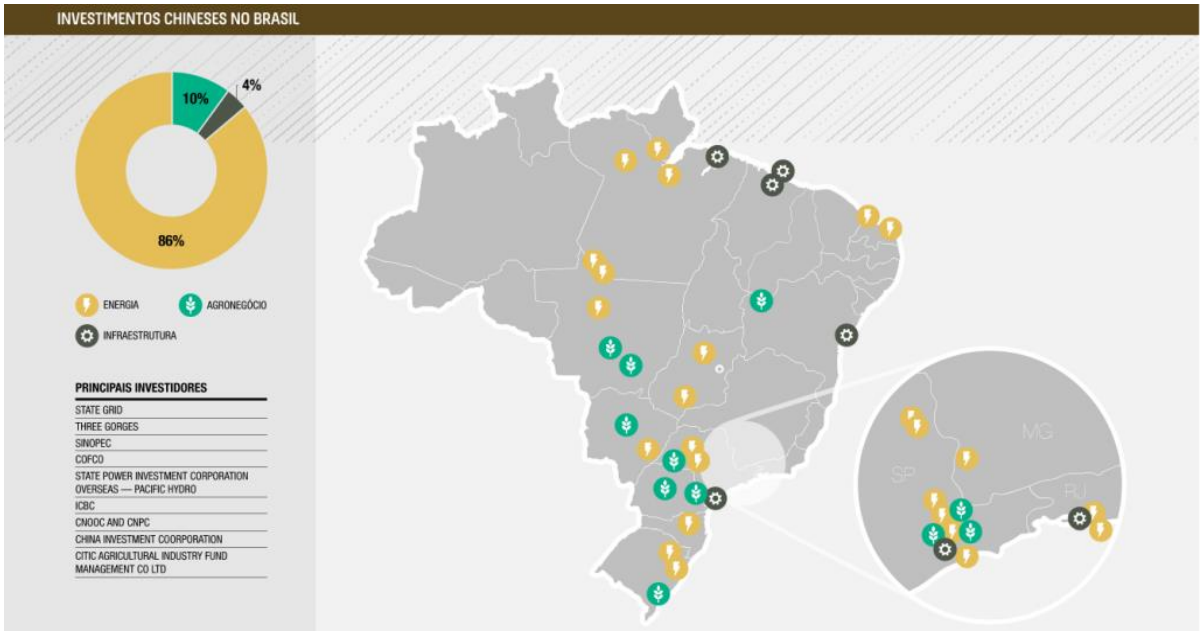
Fonte: Retirado de Luiza Rosa (2021)

Durante o período de 2014 a 2018, a China realizou investimentos substanciais no setor de energia elétrica do Brasil, abrangendo uma variedade de segmentos. Diversas empresas chinesas se destacaram nesse cenário, tendo escolhido localidades estratégicas para seus investimentos.

A Figura 10 ilustra as localidades geográficas desses investimentos por setor, incluindo não apenas o setor energético, mas também os setores do agronegócio e infraestrutura.

Versão Final Homologada
29/04/2024 10:26

Figura 10: Distribuição Geográfica dos Investimentos Chineses no Brasil



Fonte: Retirado de (GARCIA, 2020).

3.3) Desafios e Conflitos em um Cenário de Desenvolvimento Controverso

Os investimentos chineses no setor energético exercem uma influência crítica na sociedade brasileira, deixando marcas significativas em várias áreas-chave. Primeiramente, esses investimentos podem criar empregos locais e impulsionar o crescimento econômico, especialmente em regiões específicas que recebem esses projetos. No entanto, a distribuição desigual dos benefícios pode agravar as disparidades de renda existentes, concentrando os lucros em poucas mãos e deixando comunidades locais em desvantagem econômica.

Além disso, a exploração de recursos naturais em larga escala, frequentemente associada a esses investimentos, pode ter sérios impactos ambientais. Desmatamento, poluição e esgotamento de recursos naturais são preocupações ambientais críticas. Esses projetos também podem levar ao deslocamento forçado de comunidades inteiras, resultando na perda de laços culturais e sociais importantes para essas comunidades.

A dependência excessiva de investimentos estrangeiros, especialmente de uma única fonte como a China, pode comprometer a soberania econômica e política do Brasil. Além disso, esses investimentos têm implicações nas relações diplomáticas do Brasil, podendo criar laços mais estreitos ou gerar tensões com outras nações.

No estudo de Colombini (2016, p. 68), os projetos chineses no Brasil são interpretados como uma extensão do sistema capitalista, intensificando as relações de

Versão Final Homologada
29/04/2024 10:26

exploração e dependência já existentes no país. Esses investimentos deixam marcas significativas nas comunidades locais, revelando o modelo de desenvolvimento brasileiro centrado na indústria extrativa e infraestruturas, frequentemente resultando em conflitos socioambientais. Críticas consideráveis vêm de organizações da sociedade civil brasileira, grupos indígenas e sindicatos, que se unem em redes internacionais para mobilização política (Shoujun e Miranda, 2016, p. 24). Um exemplo é a resistência contra a barragem de Belo Monte, onde a população local, especialmente indígenas, protestou devido a problemas socioambientais e à falta de representatividade no projeto. Mesmo com resistência, a usina foi construída, com investimento da estatal chinesa State Grid de US$ 940 bilhões em suas linhas de transmissão em 2012 (GARCIA, 2020).

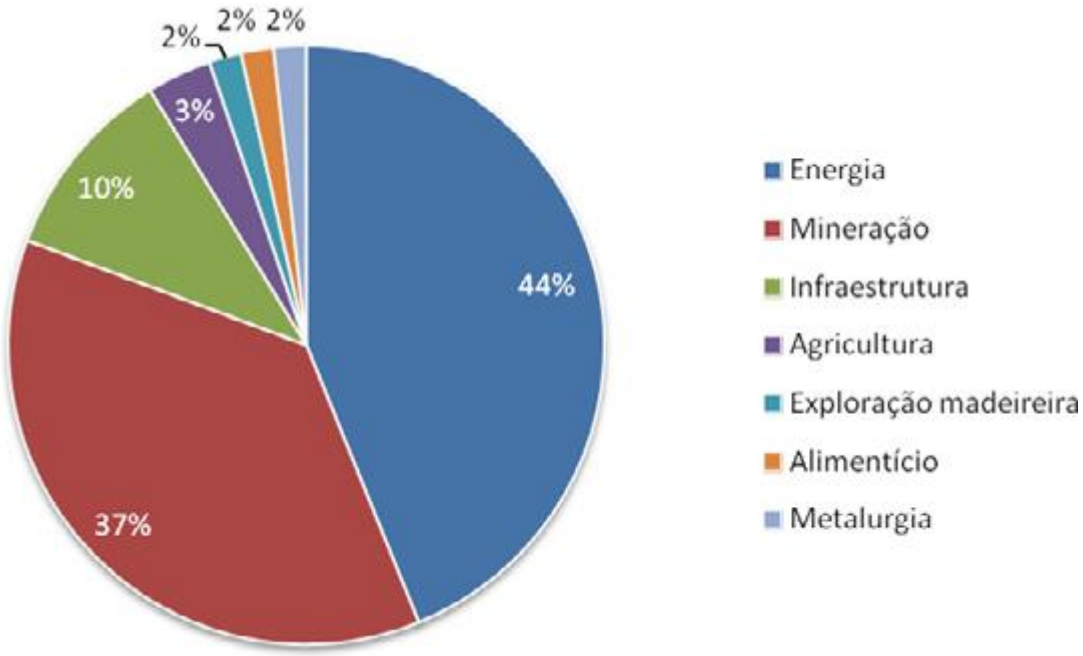
Outro caso destacado por Shoujun e Miranda envolve greves que paralisaram a extração de petróleo no Campo de Libra, no Rio de Janeiro (Ibid., 2016, p. 24-25). Essas greves representaram a oposição dos petroleiros ao leilão da plataforma de extração petrolífera, no qual as empresas chinesas CNOOC e CNPC adquiriram 10% de participação cada, investindo US$ 1,28 bilhões. Além disso, o Complexo Tapajós, no oeste do Pará, enfrenta tensões devido à participação relevante de investidores chineses em megaprojetos hidroelétricos, sendo a usina São Luiz do Tapajós o epicentro do maior conflito ambiental no Brasil. Nesse cenário, as comunidades locais, especialmente os indígenas Munduruku, e ativistas nacionais e internacionais protestam contra a consolidação desses projetos (GARCIA, 2020).

Esses megaprojetos muitas vezes ignoram as vozes das comunidades locais, dando prioridade ao que é chamado de “interesse nacional”, um argumento que perpetua o processo capitalista extrativo e negligência as disparidades de poder entre as populações locais e os investidores milionários. As multinacionais chinesas estão entrelaçadas com os grandes grupos econômicos brasileiros, criando uma dinâmica na qual os direitos das comunidades indígenas e trabalhadoras são frequentemente subjugados. O governo do ex-presidente Michel Temer, ao tratar as relações com a China e outros BRICS de forma pragmática, priorizou os interesses dos grandes grupos econômicos brasileiros que exportam para a China. Essa dependência do Brasil em relação à China aumentou com o poder das empresas multinacionais chinesas, colocando comunidades indígenas, trabalhadores e ativistas em um novo cenário de desafios na luta global por direitos e por um desenvolvimento que atenda às necessidades das camadas trabalhadoras (GARCIA, 2020).

Versão Final Homologada
29/04/2024 10:26

Seguindo a mesma temática, se mostra de suma importância especificar a pesquisa bibliográfica de Rodrigo Curty Pereira e Ana Garcia, que revelou 57 instâncias de conflitos socioambientais envolvendo empresas chinesas na América Latina e Caribe, conforme documentado por várias fontes (EJATLAS, 2020; FIDH, 2019; RAY et al, 2015; MARTINEZ, 2014). Descobrimos que a maioria desses conflitos está associada à exploração ou processamento de recursos naturais, concentrando-se principalmente nos setores de energia, mineração e infraestrutura, que também são os principais destinos do investimento estrangeiro direto chinês na região. A Figura 11 ilustra como esses conflitos estão distribuídos entre os diferentes setores econômicos (PEREIRA, GARCIA; 2021).

Figura 11: Setores de Conflitos do investimento chinês na América Latina e Caribe



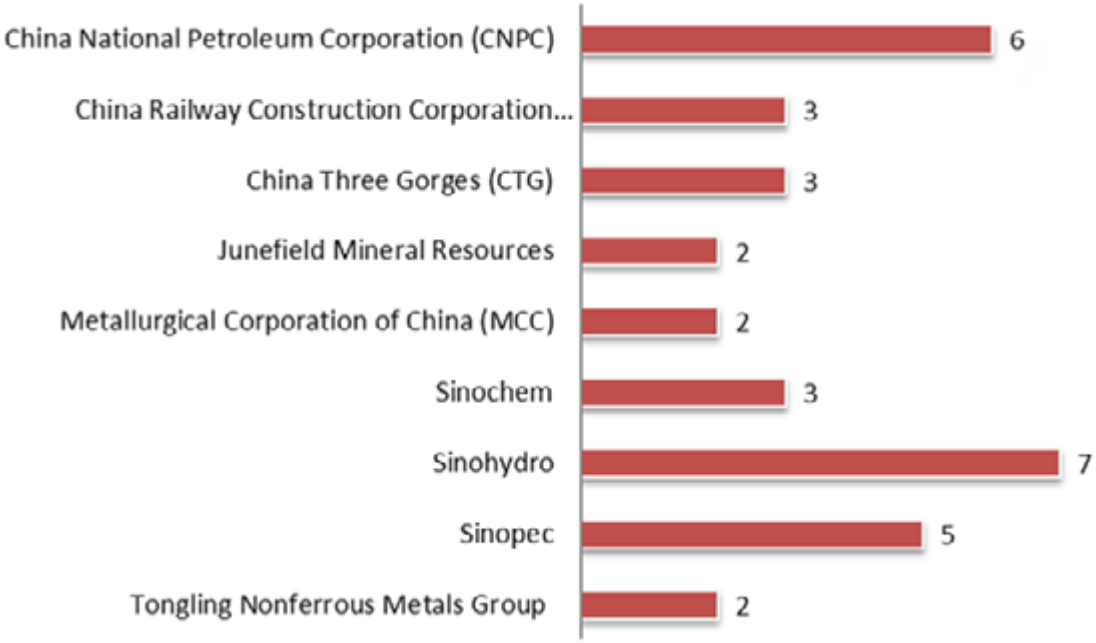
Fonte: Retirado de Pereira e Garcia (2021)

Ao realizar uma análise temática, identificaram as principais causas dos conflitos, incluindo poluição da água (em 18 casos), ausência de estudos de impacto ambiental (em 17 casos) ou consulta pública (em 15 casos), operações em áreas protegidas (em 17 casos) ou territórios indígenas (em 16 casos). Além disso, observamos violações das leis trabalhistas, agressões físicas e até mesmo fatalidades, juntamente com outras violações dos direitos sociais e ambientais. As empresas

Versão Final Homologada
29/04/2024 10:26

chinesas envolvidas nessas disputas são predominantemente construtoras, petrolíferas, hidrelétricas e mineradoras. Os opositores mais comuns a esses projetos incluem grupos de justiça ambiental, organizações de justiça social, comunidades indígenas e residentes afetados. As figuras 12 e 13 detalham, respectivamente, as principais empresas chinesas e forças sociais envolvidas nessas controvérsias (PEREIRA, GARCIA; 2021).

Figura 12: Empresas Chinesas por número de conflitos socioambientais na América Latina e Caribe



Fonte: Retirado de Pereira e Garcia (2021)

Versão Final Homologada
29/04/2024 10:26

Figura 13: Número de casos envolvendo empresas chinesas por cada tipo de força social subalterna na América Latina e Caribe

Fonte: Retirado de Pereira e Garcia (2021)

É evidente que os investimentos diretos chineses na América Latina e Caribe estão principalmente concentrados no setor de energia e recursos naturais, algo que também se reflete no comércio bilateral. Estes setores, contudo, possuem um potencial significativo para impactar adversamente tanto o meio ambiente quanto as populações locais. Um estudo conduzido por Ray et al (2015) indicou que as exportações da América Latina para a China resultam em 20% menos empregos por milhão de dólares em comparação com as exportações totais. Além disso, essas exportações consomem o dobro da quantidade de água e geram 12% mais gases de efeito estufa por dólar. Apesar desses desafios, os autores argumentam que as empresas chinesas demonstraram um desempenho relativamente melhor do que outras multinacionais em termos de impactos ambientais e sociais. Eles mencionam o exemplo da Minera Chinalco, uma subsidiária chinesa que atua no setor de mineração no Peru. No entanto, é importante notar que a eficácia dessas iniciativas é frequentemente questionada pela comunidade local. Por exemplo, no caso da Minera Chinalco, embora tenha havido uma consulta pública, a decisão final da comunidade sobre o local da nova aldeia não foi respeitada, resultando em reclamações sobre condições inadequadas e poluição (EJATLAS, 2014; PEREIRA, GARCIA; 2021).

Versão Final Homologada
29/04/2024 10:26

Este mesmo estudo examina as complexas relações entre a China e a América Latina e Caribe, usando a estrutura analítica de Cox para identificar capacidades materiais, instituições, ideias predominantes e as diversas forças sociais em jogo. A América Latina ocupa uma posição estratégica nessas transformações globais, enfrentando influências tanto dos Estados Unidos quanto da China. Embora a região não seja central nas políticas externas desses países, ela está integrada às cadeias de produção minerais e agrícolas da China. A análise revela uma dinâmica em que os países latino-americanos se tornaram fornecedores de recursos minerais e agrícolas para a China, enquanto recebem investimentos de empresas chinesas, principalmente nos setores de energia e recursos naturais. Estes setores, no entanto, historicamente provocam impactos significativos nas comunidades locais e no meio ambiente, levando a conflitos (PEREIRA, GARCIA; 2021).

É importante notar que essa interação não se limita a uma cooperação Sul-Sul ou a uma nova forma de dependência, mas também envolve lutas sociais intensas na América Latina e Caribe. Estas lutas, que buscam emancipação social, poderiam potencialmente moldar uma mudança no modelo atual. Em última análise, a conjuntura das forças sociais em jogo, incluindo empresas, governos, bancos e as comunidades locais, indígenas e trabalhadores, oferece uma visão abrangente desses fenômenos e atores sociais, políticos e econômicos. O legado analítico de Cox fornece uma base sólida para entender as mudanças na ordem social e internacional, bem como para o surgimento de contra hegemonias na região (PEREIRA, GARCIA; 2021).

A forma como o Brasil gerencia esses investimentos é taxativo. Regulamentação eficaz, padrões ambientais e sociais rigorosos e uma abordagem transparente e participativa são essenciais para mitigar os desafios e maximizar os benefícios para a sociedade brasileira. Ao equilibrar o desenvolvimento econômico com a proteção do meio ambiente, os direitos das comunidades locais e a soberania nacional, o Brasil pode navegar por esses investimentos estrangeiros de maneira mais sustentável e equitativa.

3.4) Considerações parciais

As considerações parciais desses extensos dados revelam uma dinâmica complexa e multifacetada das relações entre China e Brasil, especialmente no que diz respeito aos investimentos chineses no setor energético brasileiro. É notável a ascensão da China como um ator-chave nos investimentos estrangeiros diretos no Brasil, com um

Versão Final Homologada
29/04/2024 10:26

crescente envolvimento em diversos setores da economia, destacando-se especialmente no setor de energia.

A análise dos dados mostra que, ao longo das últimas décadas, os investimentos chineses no Brasil têm sido significativos, com uma diversificação gradual em diferentes segmentos econômicos, mas com uma ênfase particular no setor energético. Esses investimentos têm sido uma fonte importante de financiamento para projetos de infraestrutura e desenvolvimento, contribuindo para a economia brasileira em termos de emprego e crescimento econômico.

No entanto, também surgem desafios e preocupações significativas em relação aos investimentos chineses, especialmente no que diz respeito aos impactos socioambientais e à dependência econômica. Os dados revelam uma série de conflitos socioambientais associados a esses investimentos, incluindo questões relacionadas à poluição, deslocamento de comunidades locais e violações dos direitos trabalhistas. Esses problemas destacam a necessidade de um maior escrutínio e regulamentação dos investimentos estrangeiros, visando garantir que eles contribuam para o desenvolvimento sustentável e para o bem-estar das comunidades locais.

Além disso, as relações entre China e Brasil no âmbito econômico e político apresentam um quadro complexo, influenciado por uma série de fatores geopolíticos e econômicos. Embora os investimentos chineses tenham se intensificado ao longo dos anos, é importante notar que esses fluxos de investimento podem ser influenciados por mudanças nas relações bilaterais entre os dois países, bem como por tendências globais, como a pandemia da Covid-19 e o aumento do nacionalismo.

Portanto, é claro que o Brasil adote uma abordagem estratégica e equilibrada em relação aos investimentos chineses, promovendo um ambiente propício para o investimento estrangeiro, ao mesmo tempo em que protege os interesses nacionais e os direitos das comunidades afetadas. Isso requer uma cooperação estreita entre o governo, o setor privado e a sociedade civil, visando garantir que os investimentos estrangeiros contribuam para um desenvolvimento sustentável e inclusivo no Brasil.

Versão Final Homologada
29/04/2024 10:26

Considerações finais

A análise dos investimentos chineses no Brasil revela uma complexa interseção entre interesses econômicos, políticos e sociais, destacando desafios e oportunidades para ambos os países. Sob a ótica dos teóricos, Robert Cox, Celso Furtado e Raúl Prebisch, a relação entre China e Brasil reflete dinâmicas de poder global. Enquanto a China ascende como uma potência central, buscando suprir suas necessidades energéticas e consolidar sua influência global, o Brasil enfrenta desafios relacionados à sua posição vulnerável na economia mundial.

Essa dinâmica não apenas evidencia a busca da China por recursos naturais e mercados, mas também sua transição para uma base de sustentabilidade, buscando parcerias com países que possuem matrizes energéticas diversificadas e foco em energias renováveis, especialmente após o Acordo de Paris.

Entretanto, a concentração em fusões e aquisições por parte dos investidores chineses no Brasil levanta questões profundas sobre seus reais impactos na economia brasileira. Embora esses investimentos possam parecer promissores inicialmente, trazendo consigo a promessa de injeção de capital e oportunidade de crescimento é essencial considerar além dos benefícios econômicos imediatos. A priorização desmedida do lucro e da expansão empresarial pode levar a uma série de consequências adversas para o Brasil, que vão muito além do aspecto financeiro.

Primeiramente, há a preocupação com a potencial exploração indiscriminada de recursos naturais brasileiros, visando principalmente atender às demandas da economia chinesa em rápido crescimento. Isso pode resultar em uma maior pressão sobre ecossistemas frágeis e áreas de preservação ambiental, exacerbando os já preocupantes índices de desmatamento e degradação ambiental no país. Além disso, a falta de regulamentação adequada e de fiscalização eficaz pode contribuir para a perpetuação de práticas predatórias por parte das empresas chinesas, comprometendo a sustentabilidade em longo prazo dos recursos naturais brasileiros.

Ademais, há também preocupações relacionadas aos impactos sociais desses investimentos. A concentração de poder econômico nas mãos de investidores estrangeiros, muitas vezes sem o devido compromisso com o desenvolvimento local e o bem-estar das comunidades afetadas, pode resultar em desequilíbrios socioeconômicos e agravar as disparidades existentes no Brasil. O deslocamento de comunidades locais, a

Versão Final Homologada
29/04/2024 10:26

precarização das condições de trabalho e a falta de investimento em infraestrutura social são apenas algumas das consequências negativas que podem surgir dessa dinâmica.

Por fim, há também preocupações legítimas relacionadas à soberania nacional. O aumento da presença e influência de empresas estrangeiras, especialmente de um país como a China, que busca consolidar sua posição como potência global, levanta questões sobre a capacidade do Brasil de proteger seus interesses nacionais e de manter sua autonomia econômica e política. A dependência excessiva de investimentos estrangeiros, especialmente em setores estratégicos como energia e infraestrutura, pode comprometer a capacidade do Brasil de tomar decisões soberanas que estejam alinhadas com seus interesses de longo prazo.

Portanto, a concentração em fusões e aquisições por parte dos investidores chineses no Brasil não deve ser vista apenas como uma oportunidade econômica, mas sim como um desafio complexo que exige uma abordagem crítica e equilibrada. É essencial que o Brasil adote políticas públicas robustas, que promovam o desenvolvimento sustentável, protejam o meio ambiente e os direitos das comunidades locais, e que garantam a preservação da soberania nacional diante das dinâmicas globais de investimento.

Versão Final Homologada
29/04/2024 10:26

Bibliografia

ABRÃO, Rafael Almeida Ferreira. A geopolítica das energias renováveis: o Brasil em meio a um cenário global em transformação**. Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, v. 11, n. 22, p. 118-150, 2022.

Aguilera Cazalbón, A. Y. Geopolítica Y Economía Política De La Energía ELéctrica en las Relaciones Entre China, Argentina Y Brasil: Perspectivas Para Inversiones, Financiamiento, Comercio e Integración Productiva en la Industria De Energía Renovable. Instituto Latinoamericano De Economía, Sociedad Y Política, Ilaesp Programa De Pos-Graduación En Integración Contemporánea En América Latina, PPG-ICAL, v. 01, p. 1–175, 25 fev. 2021.

Alves, J. E. D. (2017). Brasil do consumo versus China do investimento. Portal EcoDebate. Recuperado de https://www.ecodebate.com.br/2017/02/22/brasil-do-consumo-versus-china-do-investimento-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/

CAMARGO, Beatriz da Silva. **Brasil e China: uma Análise das Relações Comerciais entre 2008 e 2020**. Instituto Latino-Americano de Estado, Sociedade e Política. **Relações Internacionais e Integração**, 2023. Disponível em: http://dspace.unila.edu.br/bitstream/handle/123456789/7371/Brasil%20e%20China%3A%20uma%20An%C3%A1lise%20das%20Rela%C3%A7%C3%B5es%20Comerciais%20entre%202008%20e%202020?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 11/08/2023

CAMPOS PINTO, Rubens Marcelo de. Investimento Direto Estrangeiro Chinês e Participação Chinesa em Projetos de Infraestrutura no Estado de São Paulo, Brasil: Uma Análise Baseada na Urbanização Planetária e nos Circuitos do Capital. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 25, e202306, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202306120. Acesso em: [25/05/2023].

CEBC. Investimentos chineses no Brasil 2022: tecnologia e transição energética. 2023. Disponível em: https://www.cebc.org.br/2023/08/23/proximo-evento-29-de-agosto-10h00/

CINTRA, M. A. M.; PINTO, E. C.. China em transformação: transição e estratégias de desenvolvimento. Brazilian Journal of Political Economy, v. 37, n. 2, p. 381–400, abr. 2017.

COELHO JAEGER, B. (2014). Integração infraestrutural sul-americana : impactos sobre a estratégia e a geopolítica regional. Monografia de Conclusão de Curso em RI. UFRGS: Porto Alegre, RS. <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/116365> / <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/116365/000956522.pdf>

Versão Final Homologada
29/04/2024 10:26

CONANT, Melvin A. GOLD, Fern Racine. **A geopolítica energética. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora**, 1981.

COSTA, Wanderley M. (2009). O Brasil e a América do Sul: cenários geopolíticos e os desafios da integração. Confins, n. 7, 31 Outubro 2009. <http://confins.revues.org/6107>

COX, Robert W. et al. Forças sociais, Estados e ordens mundiais: além da teoria de Relações Internacionais. OIKOS (Rio de Janeiro), v. 20, n. 2, 2021.

DE PESQUISA ENERGÉTICA, Empresa. Balanço Energético Nacional 2023: Ano base 2022. Rio de Janeiro, 2023.

EPE - Empresa de Pesquisa Energética. Balanço Energético Nacional - BEN: Ano base 2023. Disponível em: https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-748/topico-681/BEN_S%C3%ADntese_2023_PT.pdf. Acesso em:10 de abril de 2024.

EPE - Empresa de Pesquisa Energética. Matriz Energética e Elétrica. Disponível em: <https://www.epe.gov.br/pt/abcdenergia/matriz-energetica-e-eletrica>. Acesso em: 1 de abril de 2024.

EPE - Empresa de Pesquisa Energética. Matriz energética e elétrica. Disponível em: https://www.epe.gov.br/pt/abcdenergia/matriz-energetica-e-eletrica. Acesso em: 10 de abril de 2024.

FERCHEN, M.. As relações entre China e América Latina: impactos de curta ou longa duração?. Revista de Sociologia e Política, v. 19, p. 105–130, nov. 2011.

FERNANDES, Carla. A China e o Brasil: Parceiros Estratégicos na Energia. In: Nação e FUSER, Igor (2013). A América do Sul em busca da riqueza energética. Outras Palavras, 26/09/2013. <http://outraspalavras.net/mundo/america-latina/a-america-do-sul-em-busca-da-riqueza-energetica/>

FUSER, Igor (2013). Energia e Relações Internacionais. Editora Saraiva: São Paulo, SP. <https://economiapoliticadeenergia.wordpress.com/livro-energia-e-relacoes-internacionais-completo/>

GARCIA, Ana Saggioro. Investimentos da China no Brasil, na África do Sul e na Índia: arranjos institucionais, atores e impactos. Revista Tempo do Mundo, ActionAid, n. 22, p. 149-174, 2020.

GONÇALVES, Arthur Peixoto. Perspectivas de futuro para a política energética chinesa e suas implicações nas relações sino-brasileiras. In: Petrel. UNB v. 03, n. 05, Maio de 2021

Versão Final Homologada
29/04/2024 10:26

HAMILKO, Thaís Francielle. Políticas energéticas e relações Brasil–China no setor petrolífero: impactos da descoberta do pré-sal. 2020.

HÉMERY, Daniel; DEBEIR, Jean-Claude & DELÉAGE, Jean-Paul (1993). Uma História da Energia. Ed. UnB: Brasília, DF.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Relações Bilaterais Brasil-China. Comunicado IPEA, Brasília, n. 85, p. 1-10, 2012. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6889/1/Comunicados_n85_Rela%c3%a7%c3%b5es_bilaterais.pdf. Acesso em: 28 abr. 2023

Investimento chinês no Brasil soma US$ 66 bilhões nos últimos 14 anos. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/08/05/investimento-chines-no-brasil-soma-us-66-bilhoes-nos-ultimos-14-anos.ghtml>. Acesso em: 11 ago. 2023.

JAGUARIBE, Anna. Characteristics and Directions of China's Global Investment Drive. In: JAGUARIBE, A. (ed.). Directions of Chinese Global Investments. Implications for Brazil. Brasilia: FUNAG, 2018

KERR OLIVEIRA, L. (2012). Energia como Recurso de Poder na Política Internacional: os desafios da Geopolítica do Petróleo e o papel do Centro de Decisão Energética. Tese de Doutorado em Ciência Política, UFRGS. Porto Alegre, RS. <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/76222>

LUIZA ROSA. O investimento chinês em energia no Brasil. Disponível em: https://ecoa.org.br/o-investimento-chines-em-energia-eletrica-no-brasil/>. Acesso em: 16 ago. 2023.

MARQUES, Tomás Costa de Azevedo; CAMPOS, Reinaldo. Uma análise do comércio bilateral Brasil-China: a deterioração dos termos de troca e o caso da soja. 2020. revista Tempo do Mundo, n. 24, p. 379-402. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/article/view/265/259>. Acesso em: 15 ago. 2023.

MORA, Sol. " RELACIONES DE PODER Y CONTROL DE LA NATURALEZA EN EL FINANCIAMIENTO CHINO EN HIDROELECTRICIDAD EN ARGENTINA: LAS REPRESAS SOBRE EL RÍO SANTA CRUZ". In: Laufer, Rubén; Romero Wimer, Fernando (orgs.). China en América Latina y el Caribe: ¿nuevas rutas para una vieja dependencia? El nuevo 'tercer mundo' y la perspectiva del 'desarrollo'. 1. ed. Curitiba: Appris, 2024. p. 257-280, Editora Appris, Curitiba.

MOURA, Pollyanna Paganoto. O regime internacional de propriedade intelectual e suas implicações para as relações econômicas centro-periferia. 2020.

Versão Final Homologada
29/04/2024 10:26

NASCIMENTO, Ademir M.; LIU, Liguang; ALVES, João Ricardo Cumarú Silva; ORIÁ, Pierre. Chinese investment in the Northeast region of Brazil: an analysis about the renewable energy sector. Emerald Insight. https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/REGE-12-2020-0147/full/pdf?title=chinese-investment-in-the-northeast-region-of-brazil-an-analysis-about-the-renewable-energy-sector. 11 ago. 2023.

OXILIA DAVALOS, Victorio Enrique (2009). Raízes socioeconomicas da integração energética na América do Sul: análise dos projetos Itaipu, Gasbol e Gasandes. Tese de Doutorado, PPG-E, USP: São Paulo, SP. <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/86/86131/tde-16082010-184420/publico/tese_doutorado_integracao_energ.pdf

PEREIRA, Rodrigo Curty; GARCIA, Ana. A teoria crítica de Robert W. Cox como método para uma análise das relações entre China e América Latina. Oikos, v. 20, n. 2, 2021.

POTTER, Hyury. **Risco de apagão: mineradoras visam área sob linhão de Belo Monte**. 2020. Disponível em: https://dialogochino.net/pt-br/industrias-extrativistas-pt-br/37831-risco-de-apagao-mineradoras-visam-area-sob-linhao-de-belo-monte/. Acesso em 30/03/2024

Romero Wimer, Fernando. "IMPERIALISMO, DEPENDENCIA Y TRANSICIÓN HEGEMÓNICA ANTE EL ASCENSO DE CHINA". In: Laufer, Rubén; Romero Wimer, Fernando (orgs.). China en América Latina y el Caribe: ¿nuevas rutas para una vieja dependencia? El nuevo ‘tercer mundo’ y la perspectiva del ‘desarrollo’. 1. ed. Curitiba: Appris, 2024. p. 19-66, Editora Appris, Curitiba.

ROMERO-WIMER, Fernando; FERNANDEZ-HELLMUND, Paula. La larga marcha de China como potencia global. Izquierdas, v. 50, p. 0-0, 2021.

RUBIO, Tatiana Gélvez; JÁUREGUI, Juliana González. Chinese Overseas Finance in Renewable Energy in Argentina and Brazil: Implications for the Energy Transition. Volume 51, Issue 1. DOI 10.1177/18681026221094852. Sage Journals. Disponível em: 7/07/2022 https://doi.org/10.1177/18681026221094852. Acesso em: 31/07/2023

SCHUTTE, Giorgio Romano; DEBONE, Victor Sant'Anna. A expansão dos investimentos externos diretos chineses. O caso do setor energético brasileiro. Conjuntura Austral, v. 8, n. 44, p. 90-114, 2017.

SILVA, Lucas Coutinho Marcelino da. Economic relations between Brazil and China: chinese capital in the brazilian electrical sector. 2022. Dissertação (Mestrado em

Versão Final Homologada
29/04/2024 10:26

Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

TANG, Charles. Investimentos chineses no setor energético brasileiro: oportunidades para o Brasil. FGV Energia, agosto de 2017.

WENZE, Xie; HUI, Li. A visão de desenvolvimento da china 2020-2050 e as perspectivas para as relações com a América Latina. Revista Tempo do Mundo, n. 24, p. 53-76, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/article/view/293/247>. Acesso em: 15 ago. 2023.

WESTPHAL, Kirsten; PASTUKHOVA, Maria; PEPE, Jacopo Maria. Geopolitics of electricity: grids, space and (political) power. 2022.

WOLF, Caio Marcelo. Brasil e China neste início de século, do predomínio das relações comerciais ao avanço dos investimentos diretos chineses no Brasil. Universidade Estadual Paulista. Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Campus de Rio Claro, Rio Claro - SP, 2018.

Versão Final Homologada
29/04/2024 10:26